



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO –
CAMPUS GUANAMBI

HIGOR NEVES DE SOUZA

EFETIVIDADE DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS NA
GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO DE GUANAMBI-BA

GUANAMBI-BA

2025



HIGOR NEVES DE SOUZA

**EFETIVIDADE DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS NA
GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO DE GUANAMBI-BA**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus* Guanambi como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Engenharia Agrônômica.

Orientador: Prof. Dr. Evanilton Moura Alves

GUANAMBI-BA

2025

Catálogo: Leidiane Reis - CRB-5/1959
IF Baiano, Campus Guanambi

S729e Souza, Higor Neves De

Efetividade dos programas governamentais na garantia da
Segurança Alimentar na região de Guanambi-BA. / Higor Neves
De Souza. -- Guanambi, Ba., 2025.
75f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Agrônoma) -
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano -
Campus Guanambi.

Orientador (a): Evanilton Moura Alves.

1.Políticas públicas. 2.Economia local. 3.Agricultura
familiar. I.Título.

CDU: 35

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho primeiramente a Deus, a minha mãe Claudia Marcia Nogueira Neves, ao meu pai Auro Rodrigues de Souza, e ao meu orientador e amigo Evanilton Moura Alves.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, rendo meus sinceros agradecimentos a Deus, fonte de força e sabedoria, por guiar meus passos e permitir que eu alcançasse este momento tão significativo. À minha família, especialmente ao meu pai, Auro Rodrigues de Souza, a minha mãe, Cláudia Márcia Nogueira Neves, e a minha irmã, Paloma Neves de Souza, dedico minha profunda gratidão pelo amor incondicional, pelo apoio incansável e pelos sacrifícios que fizeram para que eu pudesse trilhar esse caminho. Seus ensinamentos, valores e incentivo foram fundamentais para minha formação, não apenas como profissional, mas como ser humano.

Aos colegas da turma de Engenharia Agrônômica 2021.1, meu reconhecimento pela parceria, pelas trocas de conhecimento e pelo companheirismo que tornaram essa jornada acadêmica enriquecedora e memorável. Cada um de vocês contribuiu, de alguma forma, para o meu crescimento.

Aos professores e orientadores, expresso minha admiração e gratidão pelo conhecimento compartilhado, pela paciência e pela dedicação que moldaram minha formação técnica e crítica. Agradeço, de maneira especial, ao Professor Dr. Evanilton, cuja orientação foi indispensável para a realização deste trabalho. Sua expertise, disponibilidade e incentivo foram determinantes para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta trajetória, meu sincero obrigado. Cada experiência, desafio e conquista ao longo desses anos contribuiu para a profissional que me tornei hoje. Que os frutos deste trabalho reflitam o valor do apoio que recebi e inspirem futuras conquistas.

RESUMO

SOUZA, H. N. **Efetividade dos programas governamentais na garantia da Segurança Alimentar na região de Guanambi-BA.** 2025. 75 f. Monografia (Graduação) – Engenharia Agrônoma. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus* Guanambi. Guanambi-BA, 2025.

A agricultura familiar brasileira desempenha papel estratégico na produção de alimentos e na garantia da segurança alimentar, especialmente no contexto do semiárido, onde programas como o PNAE e PAA constituem instrumentos fundamentais para articulação entre produção local e mercados institucionais. O trabalho analisou a efetividade destes programas na região de Guanambi-BA, investigando características da agricultura familiar local, papel das associações de produtores e principais desafios enfrentados na implementação das políticas públicas. Utilizou-se abordagem quali-quantitativa, com aplicação de questionários estruturados a 99 agricultores familiares de quatro organizações rurais. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram contradição central entre organização social consolidada (100% de participação associativa) e baixa efetividade dos programas (34,3% de participação), concentrada exclusivamente no PNAE com ausência total no PAA. A deficiência na cobertura de assistência técnica (54,5% sem ATER) revelou-se como limitação transversal que condiciona os demais obstáculos: predominância de limitações financeiras na produção (37,4%) e preços baixos na comercialização (32,3%). Apesar do perfil favorável dos agricultores, com capital humano diversificado (39,4% com Ensino Médio ou Superior) e predominância jovem (33,3% com até 39 anos de idade), persistem gargalos estruturais que limitam o acesso aos mercados institucionais. A pesquisa evidenciou que ampliação da efetividade requer abordagem sistêmica, priorizando fortalecimento da assistência técnica, capacitação organizacional diferenciada e articulação institucional entre organizações rurais e gestores dos programas. A base organizacional sólida identificada oferece fundamento adequado para intervenções que podem produzir transformações significativas, aproveitando o potencial subutilizado dos programas para fortalecimento da agricultura familiar e garantia da segurança alimentar no semiárido baiano.

Palavras-chave: Agricultura familiar. PNAE. PAA. Políticas públicas. Semiárido. Desenvolvimento rural. Assistência técnica.

ABSTRACT

SOUZA, H. N. **Effectiveness of government programs in ensuring food security in the Guanambi-BA region.** 2025. 75 f. Undergraduate Thesis (bachelor's degree in Agronomic Engineering). Federal Institute of Education, Science and Technology Baiano – *Campus Guanambi*, Guanambi, BA, 2025.

Family farming in Brazil plays a strategic role in food production and ensuring food security, especially in semi-arid regions. Programs such as the National School Feeding Program (PNAE) and the Food and Agriculture Program (PAA) are fundamental instruments for connecting local production with institutional markets. This study examined the effectiveness of these programs in the Guanambi, Bahia region by investigating the characteristics of local family farming, the role of producer associations, and the main challenges encountered in implementing public policies. A qualitative-quantitative approach was employed, involving the administration of structured questionnaires to 99 family farmers from four rural organizations. The data were analyzed using descriptive statistics and content analysis. The results revealed a contradiction between the high level of social organization (100% participation in associations) and the low effectiveness of the programs (34.3% participation), which was concentrated exclusively in the PNAE program and absent from the PAA program. A deficiency in technical assistance coverage emerged as a limitation that conditioned other obstacles: 54.5% lacked ATER, and financial limitations in production (37.4%) and low prices in commercialization (32.3%) predominated. Despite the favorable profile of the farmers, who have diversified human capital (39.4% have completed high school or have a higher education) and are predominantly young (33.3% are under 40 years old), structural bottlenecks persist that limit access to institutional markets. The research showed that amplifying effectiveness requires a systemic approach that prioritizes strengthening technical assistance, providing differentiated organizational training, and articulating institutions between rural organizations and program managers. The solid organizational foundation identified provides an adequate basis for interventions that can produce significant transformations by leveraging the underutilized potential of programs to strengthen family farming and ensure food security in the Bahian semi-arid region.

Keywords: Keywords: Family Farming School Feeding Program Food acquisition program. Public policies. Semi-arid. Rural development. Technical assistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição de Gênero. Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC). Guanambi – BA, 2025.....	29
Figura 2. Distribuição de Gênero. Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista. Guanambi – BA, 2025.....	30
Figura 3. Distribuição de Gênero. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim. Guanambi – BA, 2025.	30
Figura 4. Distribuição de Gênero. Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra. Guanambi – BA, 2025.....	31
Figura 5. Distribuição percentual por gênero - Total geral. Guanambi – BA, 2025.....	32
Figura 6. Distribuição de Faixa Etária. Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC). Guanambi – BA, 2025.....	34
Figura 7. Distribuição de Faixa Etária. Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista. Guanambi – BA, 2025.....	34
Figura 8. Distribuição de Faixa Etária. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim. Guanambi – BA, 2025.	35
Figura 9. Distribuição de Faixa Etária. Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra. Guanambi – BA, 2025.....	35
Figura 10. Distribuição percentual por faixa etária - Total geral. Guanambi – BA, 2025.....	36
Figura 11. Distribuição das idades reais dos participantes por comunidade. Guanambi – BA, 2025.....	38
Figura 12. Distribuição de Escolaridade. Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC). Guanambi – BA, 2025.....	39
Figura 13. Distribuição de Escolaridade. Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista. Guanambi – BA, 2025.	40
Figura 14. Distribuição de Escolaridade. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim. Guanambi – BA, 2025.	40
Figura 15. Distribuição de Escolaridade. Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra. Guanambi – BA, 2025.	41
Figura 16. Distribuição percentual por escolaridade - Total geral. Guanambi – BA, 2025....	41
Figura 17. Distribuição das escolaridades dos participantes por comunidade. Guanambi – BA, 2025.....	43
Figura 18. Comparação dos níveis educacionais entre comunidades - gráfico radar. Guanambi	

– BA, 2025.	43
Figura 19. Participação em Programas Governamentais. Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC). Guanambi – BA, 2025.	45
Figura 20. Participação em Programas Governamentais. Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista. Guanambi – BA, 2025.	46
Figura 21. Participação em Programas Governamentais. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim. Guanambi – BA, 2025.	46
Figura 22. Participação em Programas Governamentais. Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra. Guanambi – BA, 2025.	47
Figura 23. Participação geral em programas governamentais. Guanambi – BA, 2025.	48
Figura 24. Taxa de participação vs. perfil educacional por comunidade - gráfico de dispersão. Guanambi – BA, 2025.	50
Figura 25. Participação em associações ou cooperativas – representação visual da universalidade. Guanambi – BA, 2025.	51
Figura 26. Apoio recebido das organizações rurais. Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC). Guanambi – BA, 2025.	52
Figura 27. Apoio recebido das organizações rurais. Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista. Guanambi – BA, 2025.	53
Figura 28. Apoio recebido das organizações rurais. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim. Guanambi – BA, 2025.	53
Figura 29. Apoio recebido das organizações rurais. Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra. Guanambi – BA, 2025.	54
Figura 30. Distribuição percentual da avaliação do apoio recebido – Visão geral. Guanambi – BA, 2025.	54
Figura 31. Distribuição da avaliação do apoio recebido por comunidade. Guanambi – BA, 2025.	55
Figura 32. Principais desafios na produção agrícola. Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC). Guanambi – BA, 2025.	56
Figura 33. Principais desafios na produção agrícola. Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista.	

Guanambi – BA, 2025.....	57
Figura 34. Principais desafios na produção agrícola. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim. Guanambi – BA, 2025.....	57
Figura 35. Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra. Guanambi – BA, 2025.....	58
Figura 36. Distribuição percentual dos principais desafios – Visão geral. Guanambi – BA, 2025.....	58
Figura 37. Principais obstáculos na comercialização da produção. Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC). Guanambi – BA, 2025.	60
Figura 38. Principais obstáculos na comercialização da produção. Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista. Guanambi – BA, 2025.....	61
Figura 39. Principais obstáculos na comercialização da produção. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim. Guanambi – BA, 2025.	61
Figura 40. Principais obstáculos na comercialização da produção. Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra. Guanambi – BA, 2025.	62
Figura 41. Distribuição percentual dos principais obstáculos – Visão geral. Guanambi – BA, 2025.....	62
Figura 42. Recebimento de assistência técnica. Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC). Guanambi – BA, 2025.....	64
Figura 43. Recebimento de assistência técnica. Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista. Guanambi – BA, 2025.....	65
Figura 44. Recebimento de assistência técnica. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim. Guanambi – BA, 2025.....	65
Figura 45. Recebimento de assistência técnica. Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra. Guanambi – BA, 2025.....	66
Figura 46. Distribuição percentual do acesso à assistência técnica – Visão geral. Guanambi – BA, 2025.	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição por gênero das comunidades estudadas	31
Tabela 1. Análise estatística - Distribuição por gênero	32
Tabela 1. Análise estatística - Faixa etária (baseada em idades reais)	37
Tabela 1. Análise estatística – Escolaridade por comunidade.....	42
Tabela 1. Participação em programas governamentais por comunidade	47
Tabela 1. Análise estatística - Participação em programas governamentais	48
Tabela 1. Distribuição por tipo de programa (PNAE/PAA) por comunidade.....	48
Tabela 1. Análise estatística – Avaliação do apoio por comunidade	55
Tabela 1. Análise estatística – Principais desafios na produção agrícola por comunidade.....	59
Tabela 10. Análise estatística – Principais obstáculos na comercialização da produção	63
Tabela 11. Análise estatística – Recebimento de assistência técnica.....	67

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. Justificativas	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1. Segurança alimentar e nutricional: conceitos e dimensões	19
2.2. Agricultura familiar: marco conceitual e importância estratégica	19
2.3. Políticas públicas de segurança alimentar	20
2.4. Desenvolvimento rural e organizações sociais no semiárido.....	22
2.5. Avaliação de políticas públicas: marco teórico-metodológico	22
2.6. Síntese conceitual.....	23
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	25
3.1. Caracterização da Pesquisa	25
3.2. Área de Estudo	25
3.3. População e amostra.....	26
3.4. Instrumentos de coleta de dados	26
3.4.1. Questionário estruturado	26
3.4.2. Análise documental.....	27
3.5. Procedimentos de coleta de dados.....	27
3.6. Análise dos dados.....	28
3.6.1. Análise quantitativa.....	28
3.6.2. Análise qualitativa.....	28
3.7. Aspectos éticos.....	28
3.8. Limitações da pesquisa	28
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
4.1. Gênero	29
4.2. Faixa etária	33

4.3. Escolaridade	39
4.4. Participação em programas governamentais	45
4.5. Participação em associações ou cooperativas de agricultores.....	50
4.6. Avaliação do apoio recebido das organizações rurais.....	52
4.7. Principais desafios na produção agrícola	56
4.8. Principais obstáculos na comercialização da produção	60
4.9. Recebimento de assistência técnica	64
4.10. Discussão dos resultados	68
5. CONCLUSÕES	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

1. INTRODUÇÃO

A segurança alimentar e nutricional constitui-se como um dos principais desafios contemporâneos do desenvolvimento brasileiro, especialmente no contexto do semiárido, onde as condições edafoclimáticas adversas e as vulnerabilidades socioeconômicas históricas intensificam a problemática do acesso à alimentação adequada e saudável. A relevância estratégica desta temática foi reafirmada no cenário nacional e internacional quando o Brasil assumiu posição de destaque na agenda global de segurança alimentar, particularmente durante a presidência do G20 em 2024, que resultou na criação e aprovação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza (Brasil, 2024c).

O contexto brasileiro contemporâneo demonstra avanços significativos no combate à insegurança alimentar. Segundo o relatório das Nações Unidas intitulado “O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo” (FAO; FIDA; UNICEF; WFP; OMS, 2024), divulgado em julho de 2024, a insegurança alimentar severa no Brasil apresentou redução de 85% em 2023, passando de 8% para 1,2% da população, representando a saída de 14,7 milhões de brasileiros da condição de fome (Brasil, 2024a). Esta transformação reflete a retomada e o fortalecimento de políticas públicas de segurança alimentar que haviam sido descontinuadas ou enfraquecidas no período anterior, evidenciando a importância estratégica da intervenção estatal na garantia do direito humano à alimentação adequada.

O semiárido brasileiro, que ocupa 12% do território nacional e abriga cerca de 28 milhões de habitantes, apresenta características específicas que demandam políticas públicas diferenciadas e territorializadas (ASA, 2024). Neste contexto, a agricultura familiar assume o papel de principal responsável pela produção de alimentos básicos e pela dinamização das economias locais. Estudos recentes demonstram que a agricultura familiar brasileira é responsável por 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo produzidos no país, empregando mais de 10 milhões de pessoas e correspondendo a 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária (EMBRAPA, 2024).

Na região de Guanambi, localizada no centro-sul da Bahia, esta realidade se manifesta de forma particularmente expressiva na complexa relação entre a agricultura familiar local e os programas governamentais destinados à promoção da segurança alimentar. O município integra a microrregião do Sertão Produtivo, caracterizada por condições semiáridas que impõem desafios específicos à produção agrícola, mas que também apresenta potencialidades significativas para sistemas alimentares sustentáveis e diversificados.

Os programas governamentais de segurança alimentar, especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), representam instrumentos fundamentais para a articulação entre a produção da agricultura familiar e o abastecimento alimentar de populações em situação de vulnerabilidade social. O PNAE, que atende diariamente cerca de 40 milhões de estudantes da educação básica pública, estabelece que no mínimo 30% dos recursos federais repassados devem ser destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar, conforme determina a Lei nº 11.947/2009 (Brasil, 2009; FNDE, 2024). Pesquisas recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstram que a participação da agricultura familiar no PNAE contribui para o desempenho escolar em até 3,34 pontos nas avaliações nacionais, evidenciando a importância da articulação entre alimentação de qualidade e aprendizagem (Rosa, 2024).

O PAA, por sua vez, foi reinstituído pela Lei nº 14.628/2023 após um período de descontinuidade, demonstrando a importância estratégica deste instrumento para a política nacional de segurança alimentar. Em 2023, o programa encerrou o ano com mais de R\$ 1 bilhão disponibilizado para a aquisição de 163.675 toneladas de alimentos, representando o maior volume de recursos da história do programa em valores nominais, beneficiando 81.707 agricultores familiares, sendo 61% mulheres (Brasil, 2024b). Esta retomada insere-se no contexto mais amplo do Plano Brasil Sem Fome, lançado em 2023, que visa retirar o país do Mapa da Fome da FAO até 2026, por meio de estratégias intersetoriais de combate à insegurança alimentar (Brasil, 2025).

A problematização central desta pesquisa articula-se em torno de questões fundamentais que permeiam a efetividade das políticas públicas de segurança alimentar em contextos territoriais específicos. Como as características socioeconômicas, produtivas e organizacionais dos agricultores familiares de Guanambi influenciam sua capacidade de participação nos programas governamentais? De que forma as associações e cooperativas rurais desempenham seu papel como mediadoras entre a produção local e as demandas institucionais dos programas PNAE e PAA? Quais são os principais gargalos estruturais, técnicos e operacionais que limitam a efetividade desses programas na garantia da segurança alimentar regional?

Estudos recentes sobre segurança alimentar no semiárido brasileiro evidenciam a persistência de condições de insegurança alimentar na região, apesar da existência de políticas públicas, apontando para a necessidade de intensificar pesquisas que analisem a efetividade dessas políticas em contextos específicos (Leal; Alencar; Montaña, 2021). A análise da relação entre a agricultura familiar e os programas de aquisição de alimentos em municípios de médio

porte do semiárido baiano constitui uma lacuna específica na literatura acadêmica, à qual esta pesquisa pretende contribuir.

1.1. Justificativas

Esta pesquisa busca contribuir para o avanço do conhecimento sobre efetividade de políticas públicas em contextos territoriais específicos, preenchendo lacuna na literatura acadêmica sobre a articulação entre agricultura familiar e programas de aquisição de alimentos em municípios de médio porte do semiárido baiano. A investigação insere-se no campo interdisciplinar dos estudos sobre desenvolvimento rural, políticas públicas e segurança alimentar, considerando as especificidades regionais que influenciam a implementação de programas nacionais.

Do ponto de vista social, a pesquisa fundamenta-se na contribuição para aperfeiçoamento de políticas públicas que impactam diretamente milhões de brasileiros. A agricultura familiar é responsável por 38% do PIB agropecuário e dinamiza economicamente 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes (CONTAG, 2024). No semiárido, onde se concentra a maior parcela da população rural em condições de pobreza, a efetividade dos programas governamentais assume importância estratégica para superação das desigualdades sociais.

A relevância temporal é evidenciada pelo momento político favorável ao fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar em 2023, a reinstauração do PAA e o compromisso com a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza durante a presidência do G20 em 2024, que coloca o país em posição de protagonismo internacional na agenda de segurança alimentar.

Sob o aspecto prático, a pesquisa pode gerar subsídios concretos para aprimoramento da implementação dos programas PNAE e PAA, tanto em Guanambi quanto em municípios similares. A identificação de gargalos e potencialidades pode orientar estratégias mais eficazes de articulação entre produção familiar e mercados institucionais, contribuindo para otimização dos recursos públicos destinados à segurança alimentar.

A escolha de Guanambi justifica-se pelas características representativas do semiárido brasileiro: economia com presença da agricultura familiar organizada, desafios climáticos típicos da região e potencialidades relacionadas à diversificação produtiva.

Embora o município tenha se consolidado como centro urbano regional de comércio e serviços, mantém significativa presença da agricultura familiar nas áreas rurais, organizada em associações e cooperativas. As características climáticas semiáridas, com precipitação

pluviométrica irregular e solos com limitações de fertilidade natural, impõem desafios específicos à produção agrícola.

Desenvolveu-se na região agricultura familiar diversificada, incluindo culturas tradicionais como feijão, milho e mandioca, além de fruticultura adaptada e criação de pequenos animais. O grau significativo de organização social, com presença de diversas associações comunitárias, cooperativas e grupos produtivos, constitui elemento fundamental para a participação dos agricultores familiares em programas governamentais.

Assim, a escolha de Guanambi como lócus da pesquisa justifica-se por múltiplos fatores:

- **Representatividade regional:** o município apresenta características típicas do semiárido brasileiro, com clima semiárido quente e economia baseada na agricultura familiar, tornando-se representativo do contexto regional para análises sobre segurança alimentar.
- **Organização social:** a significativa presença da agricultura familiar organizada em associações e cooperativas facilita a implementação e análise de programas governamentais de segurança alimentar.
- **Desafios e potencialidades:** os desafios relacionados aos aspectos climáticos e ambientais, combinados com as potencialidades da diversidade produtiva, conhecimento tradicional acumulado e proximidade com centros urbanos, criam cenário propício para análise da efetividade de políticas públicas.
- **Vulnerabilidades alimentares:** a persistência de condições de insegurança alimentar na região, evidenciada pelos indicadores socioeconômicos, justifica a necessidade de estudos sobre a efetividade dos programas governamentais na garantia da segurança alimentar local.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Segurança alimentar e nutricional: conceitos e dimensões

A segurança alimentar e nutricional evoluiu de uma perspectiva inicial centrada na disponibilidade de alimentos para uma abordagem multidimensional que integra quatro dimensões fundamentais. A disponibilidade refere-se à existência de alimentos em quantidade suficiente; o acesso engloba as condições físicas e econômicas para obtenção dos alimentos; a utilização biológica considera o aproveitamento dos nutrientes pelo organismo; e a estabilidade temporal garante que as três dimensões anteriores sejam mantidas ao longo do tempo (FAO, 1996).

A Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial estabeleceu que “existe segurança alimentar quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para satisfazer suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável” (FAO, 1996, n.p.). Este conceito transcende a mera disponibilidade, incorporando dimensões de qualidade, diversidade e sustentabilidade dos sistemas alimentares.

No Brasil, a segurança alimentar consolidou-se como direito humano fundamental através da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Este marco legal estabelece que a segurança alimentar “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais” (Brasil, 2006). A LOSAN representa marco histórico ao institucionalizar a segurança alimentar como política de Estado, articulando diversos setores governamentais e estabelecendo mecanismos de participação social.

2.2. Agricultura familiar: marco conceitual e importância estratégica

A agricultura familiar brasileira encontra definição legal na Lei nº 11.326/2006, que estabelece critérios objetivos para identificação: não detenção de área superior a quatro módulos fiscais, utilização predominante de mão de obra familiar nas atividades econômicas, percentual mínimo da renda originada das atividades do estabelecimento e direção do empreendimento pela própria família (Brasil, 2006). Esta legislação reconhece também como beneficiários silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

A agricultura familiar apresenta relevância estratégica tanto econômica quanto social, constituindo-se como setor fundamental para segurança alimentar nacional e desenvolvimento rural sustentável. Representa 77% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros, ocupando 23% da área total e empregando mais de 10 milhões de pessoas, correspondendo a 67% das ocupações na agropecuária. Este segmento responde por 38% do PIB agropecuário e pela dinamização econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes (CONTAG, 2024).

Na produção de alimentos básicos, a agricultura familiar destaca-se como principal responsável pela diversidade nutricional da dieta brasileira: produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. Na pecuária, responde por 50% das aves, 30% dos bovinos, 60% da produção de leite e 59% do rebanho suíno (EMBRAPA, 2024). Esta diversificação produtiva contribui para a segurança alimentar, garantindo não apenas quantidade, mas também diversidade nutricional.

No semiárido brasileiro, que abriga cerca de 28 milhões de habitantes e concentra a maior parcela da população rural em condições de pobreza, a agricultura familiar assume características específicas relacionadas às estratégias de convivência com condições climáticas adversas. Segundo Azevedo (2023), pode ser caracterizada em duas perspectivas: agricultura dinâmica com uso de capital e tecnologias intensivas em regiões mais desenvolvidas, e agricultura familiar precária em termos de volume produzido e integração ao mercado, que caracteriza a maior parte dos estabelecimentos da região.

As estratégias de convivência incluem práticas como aproveitamento de água de chuva, cultivo de espécies adaptadas, diversificação produtiva e fortalecimento de organizações sociais (Azevedo, 2023). Este contexto demanda políticas públicas diferenciadas que considerem as especificidades regionais e promovam o desenvolvimento territorial sustentável.

2.3. Políticas públicas de segurança alimentar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) constitui uma das maiores e mais pioneiras políticas de alimentação do mundo, tendo sido criado em 1955 e atendendo atualmente 40 milhões de estudantes da educação básica pública diariamente. O marco legal atual está estabelecido na Lei nº 11.947/2009, que define como objetivo “contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos” (Brasil, 2009).

A Lei estabelece como diretrizes: emprego da alimentação saudável e adequada; inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino; universalidade do atendimento; participação da comunidade no controle social; apoio ao desenvolvimento

sustentável; e direito à alimentação escolar. Estas diretrizes articulam aspectos nutricionais, educacionais e de desenvolvimento territorial.

A principal inovação da Lei nº 11.947/2009 foi estabelecer que no mínimo 30% dos recursos federais repassados pelo FNDE devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, dispensada de licitação. Esta determinação promove o encontro entre duas políticas fundamentais: garantia do direito à alimentação escolar e fortalecimento da agricultura familiar, priorizando assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e grupos de mulheres.

Estudos recentes do IPEA demonstram evidências empíricas da importância desta articulação, revelando relação positiva entre cumprimento da Lei e desempenho estudantil em português e matemática, com contribuições de até 3,34 pontos nas avaliações nacionais (Rosa, 2024). Estes resultados confirmam que investimento em alimentação escolar saudável, proveniente da agricultura familiar, associa-se à qualidade do aprendizado.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi inicialmente criado em 2003 no âmbito do Programa Fome Zero, e reinstituído pela Lei nº 14.628/2023 após período de descontinuidade, sendo regulamentado pelo Decreto nº 11.802/2023. Constitui-se como programa estratégico com caráter transversal, possuindo duas finalidades básicas complementares: promover acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

O programa opera em seis modalidades distintas: compra com doação simultânea (articula produção familiar com demandas da rede socioassistencial); compra direta (aquisição em situações de baixa de preços); apoio à formação de estoques (financiamento para posterior comercialização); incentivo à produção e consumo de leite (PAA-Leite); compra institucional (aquisição por órgãos públicos diversos); e aquisição de sementes (distribuição para outros agricultores familiares).

Desde sua criação, o PAA executou mais de R\$ 8 bilhões na compra de alimentos, beneficiando mais de 500 mil agricultores familiares. Em 2023, movimentou mais de R\$ 1 bilhão na aquisição de 163.675 toneladas de alimentos, beneficiando 81.707 agricultores (61% mulheres) e distribuindo para 9.565 entidades socioassistenciais (Brasil, 2024b). Para 2024-2026, objetiva que 70% dos fornecedores sejam agricultores inscritos no CadÚnico e 50% sejam mulheres.

Análises econométricas demonstram que tanto PNAE quanto PAA apresentam efeitos de aumento na receita dos estabelecimentos familiares, além de efeito multiplicador da rentabilidade associado à estabilidade e previsibilidade desses mercados institucionais (GPP-ESALQ, 2018).

2.4. Desenvolvimento rural e organizações sociais no semiárido

O desenvolvimento rural no semiárido brasileiro caracteriza-se historicamente pela tensão entre paradigmas distintos. O modelo tradicional de “combate à seca” baseava-se em grandes obras de infraestrutura hídrica e programas assistenciais emergenciais, denominado por muitos como “indústria da seca”, mostrando-se insuficiente para promover desenvolvimento sustentável (Buainain; Garcia, 2013).

Segundo Buainain e Garcia (2013), nas últimas décadas, emergiu o paradigma de “convivência com o semiárido”, que reconhece potencialidades regionais e propõe estratégias adaptadas às condições climáticas locais. Este paradigma valoriza o conhecimento tradicional dos agricultores, promove tecnologias apropriadas e fortalece organizações sociais como protagonistas do desenvolvimento territorial.

Ainda segundo os autores, o semiárido vem passando por transformações impulsionadas por investimentos públicos e privados em infraestrutura, indústrias e políticas sociais. Embora a região ainda concentre população rural em condições de pobreza, destacam-se dinâmicas econômicas que desafiam imagens tradicionais de atraso (Buainain; Garcia, 2013).

As organizações sociais da agricultura familiar desempenham papel fundamental como mediadoras entre comunidades rurais e políticas públicas, facilitando acesso a programas governamentais, promovendo capacitação técnica, articulando processos de comercialização e fortalecendo identidade territorial. A Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), rede de 3 mil organizações criada em 1999, exemplifica esta atuação na gestão da convivência com o semiárido (ASA, 2024).

O desenvolvimento de tecnologias sociais adaptadas constitui elemento fundamental, caracterizadas como de baixo custo e alto impacto social, seguindo princípios de protagonismo social, cuidado ambiental e autogestão. O Programa Cisternas representa exemplo exitoso, tendo beneficiado mais de 1,2 milhão de famílias desde 2003, com ampliação recente através da contratação de mais de 100 mil cisternas entre 2023 e 2024 (Brasil, 2024c).

2.5. Avaliação de políticas públicas: marco teórico-metodológico

A avaliação de políticas públicas constitui campo específico dedicado ao estudo sistemático de processos, resultados e impactos das intervenções governamentais. No contexto das políticas de segurança alimentar, deve considerar múltiplas dimensões: eficácia (alcance dos objetivos), eficiência (relação custo-benefício), efetividade (impactos na realidade) e sustentabilidade (capacidade de manutenção dos resultados). Segundo Sambuichi *et al.* (2019),

a avaliação de programas como PAA e PNAE requer abordagens metodológicas que articulem aspectos quantitativos e qualitativos para compreensão da complexidade dos processos de implementação.

Os modelos lógicos constituem ferramentas fundamentais na avaliação, permitindo explicitação das relações causais entre componentes de um programa e resultados esperados. Conforme Cassiolato e Guerresi (2010), esses modelos organizam a teoria da mudança em cinco componentes interconectados: insumos (recursos humanos, financeiros e materiais), atividades (ações realizadas), produtos (resultados diretos), resultados (mudanças de curto e médio prazo) e impactos (transformações de longo prazo e maior amplitude).

Chen (2015) enfatiza que a teoria da mudança subjacente deve ser claramente articulada para possibilitar avaliações rigorosas e identificação de pontos críticos na implementação. No contexto dos programas de segurança alimentar, os recursos destinados (insumos) viabilizam compras de alimentos e processos de capacitação (atividades), resultando em quantidade de alimentos adquiridos e beneficiários atendidos (produtos), gerando aumento da renda dos agricultores e melhoria do acesso a alimentos (resultados), culminando na redução da insegurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar (impactos).

A construção de indicadores adequados constitui desafio metodológico complexo, dada a natureza multidimensional da segurança alimentar. Sambuichi *et al.* (2019) distinguem indicadores de produto (execução quantitativa) de indicadores de resultado e impacto (transformações efetivas). Estes devem abranger dimensões econômicas (variação da renda, diversificação produtiva), sociais (melhoria da segurança alimentar, fortalecimento organizacional), ambientais (práticas sustentáveis) e culturais (valorização de produtos locais).

A validação de indicadores exige consideração dos contextos territoriais específicos, uma vez que a segurança alimentar é construída territorialmente, sendo influenciada por estrutura fundiária, organização social, características agroecológicas e proximidade com mercados. Chen (2015) enfatiza a importância da participação dos beneficiários na definição de indicadores, incorporando perspectivas e conhecimentos locais frequentemente negligenciados.

2.6. Síntese conceitual

O referencial teórico demonstra que a segurança alimentar evoluiu de perspectiva focada na disponibilidade para abordagem multidimensional que integra acesso, utilização e estabilidade. No Brasil, consolidou-se como direito humano fundamental, materializado em

políticas públicas que reconhecem a agricultura familiar como protagonista central na produção de alimentos e desenvolvimento territorial.

A agricultura familiar brasileira, responsável por 77% dos estabelecimentos rurais e parcelas expressivas da produção alimentar nacional – de acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG, 2024) –, articula-se estrategicamente com programas como PNAE e PAA. Estes representam inovação institucional ao criarem mercados estáveis para produção familiar, simultaneamente fortalecendo este segmento e garantindo alimentação adequada para populações vulneráveis.

No semiárido, destaca-se um paradigma de desenvolvimento baseado na convivência com condições climáticas regionais, superando a lógica assistencialista tradicional (Buainain; Garcia, 2013). As organizações sociais assumem papel mediador fundamental, facilitando acesso às políticas públicas e promovendo estratégias coletivas de produção e comercialização.

A avaliação da efetividade destes programas requer abordagens metodológicas que transcendam indicadores quantitativos para capturar transformações multidimensionais nos territórios. Os modelos lógicos e sistemas de indicadores devem considerar não apenas cumprimento de metas, mas capacidade de promover mudanças sustentáveis nas condições de vida dos beneficiários e fortalecimento dos sistemas alimentares locais (Sambuichi *et al.*, 2019; Cassiolato; Gueresi, 2010).

Este arcabouço conceitual fundamenta a investigação empírica sobre como as políticas públicas de segurança alimentar se materializam nos territórios, considerando o papel das organizações da agricultura familiar e os desafios estruturais que condicionam sua efetividade na região de Guanambi-BA.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1. Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório-descritivo, de abordagem quali-quantitativa, realizado por meio de estudo de caso na região de Guanambi-BA. O delineamento metodológico busca compreender a efetividade dos programas governamentais de segurança alimentar pela análise das características socioeconômicas dos agricultores familiares, do papel das associações de produtores e dos desafios enfrentados na produção e comercialização de alimentos.

A escolha pela abordagem quali-quantitativa justifica-se pela necessidade de combinar dados quantitativos sobre o perfil dos agricultores e sua participação nos programas governamentais com análises qualitativas que permitam compreender os processos, limitações e potencialidades da agricultura familiar local na garantia da segurança alimentar regional.

3.2. Área de Estudo

A pesquisa foi realizada no município de Guanambi, localizado na microrregião do Sertão Produtivo, no centro-sul da Bahia, situado a aproximadamente 796 km da capital Salvador. Com uma área total de 1.272,3 km², o município mantém limites territoriais com as cidades de Caetité, Igaporã, Pindaí, Candiba, Palmas de Monte Alto, Matina e Sebastião Laranjeiras. O município apresenta características típicas do semiárido brasileiro, com clima semiárido quente, precipitação pluviométrica irregular e economia predominantemente rural baseada na agricultura familiar.

O município vivenciou notável crescimento populacional e desenvolvimento socioeconômico nas últimas décadas do século XX. Segundo dados do IBGE, o Censo de 1970 registrava 31.174 habitantes, número que saltou para 45.420 em 1980, evidenciando crescimento expressivo de 45,7%, acompanhado por elevação na taxa de urbanização de 35,9% para 54,8% no mesmo período.

Esse crescimento populacional foi impulsionado pelo desenvolvimento da economia local, principalmente pelo cultivo e beneficiamento do algodão, que se consolidou como base econômica do município. A elite fundiária do algodão, concentrada na região do Vale do Iuiú, desempenhou papel fundamental no desenvolvimento municipal, investindo em infraestrutura, construindo rodovias, usinas de beneficiamento e aeroporto, facilitando o escoamento da produção e atraindo novos investimentos.

A população contabilizada no último censo, segundo dados do IBGE (2022), é de 87.817 habitantes, com taxa de urbanização de 79,36%, evidenciando a consolidação do processo de migração rural-urbana. A crescente demanda por trabalho na colheita de algodão e nas usinas beneficiadoras atraiu contingente populacional diversificado, contribuindo para a diversificação da economia local e transformando a cidade em importante centro regional de comércio e serviços.

3.3. População e amostra

A população da pesquisa é constituída pelos agricultores familiares associados às organizações rurais do município de Guanambi. Para a seleção da amostra, foram identificadas quatro associações representativas da diversidade produtiva e organizacional da agricultura familiar local:

- Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma LTDA (COOPERC);
- Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra;
- Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim;
- Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista.

A amostra foi definida de forma intencional, totalizando 99 agricultores familiares, selecionados com base nos critérios de diversidade de perfis produtivos, tempo de associação e experiência na agricultura familiar.

3.4. Instrumentos de coleta de dados

3.4.1. *Questionário estruturado*

Foi desenvolvido um questionário estruturado contendo 4 seções principais, aplicado aos 40 agricultores familiares selecionados:

- **Seção I - Perfil socioeconômico do agricultor:** coleta de dados sobre sexo, idade, escolaridade, tempo de trabalho na agricultura familiar, composição familiar, principais fontes de renda, situação fundiária e tamanho da propriedade.
- **Seção II - Participação em programas governamentais:** INVESTIGAÇÃO sobre a participação prévia ou atual em programas como PAA e PNAE, frequência de

fornecimento, adequação da estrutura produtiva às demandas dos programas e principais obstáculos enfrentados.

- **Seção III - Papel das associações de produtores:** análise da participação em organizações rurais, avaliação do apoio recebido, facilidades para escoamento da produção e percepções sobre o papel das associações no acesso a políticas públicas.
- **Seção IV - Desafios na produção e comercialização:** identificação dos principais desafios na produção agrícola (recursos financeiros, insumos, condições climáticas, assistência técnica), obstáculos na comercialização (transporte, mercado, preços, organização) e influência da assistência técnica na participação nos programas.

3.4.2. Análise documental

Foi realizada análise de documentos e relatórios dos programas governamentais (PNAE e PAA), incluindo:

- Dados de participação dos agricultores familiares de Guanambi nos programas;
- Volume de recursos aplicados na região;
- Tipos e quantidades de produtos adquiridos;
- Relatórios de execução e avaliação dos programas.

3.5. Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada em três etapas:

1. **Levantamento documental:** consulta a documentos e relatórios dos programas governamentais, dados secundários sobre a agricultura familiar em Guanambi e caracterização socioeconômica do município.
2. **Pesquisa de campo:** aplicação dos questionários estruturados com os agricultores familiares e realização das entrevistas semiestruturadas com os líderes das associações. A coleta foi realizada nas próprias comunidades rurais e sedes das associações, respeitando os protocolos éticos e garantindo o consentimento livre e esclarecido dos participantes.
3. **Complementação e validação:** realização de visitas complementares para esclarecimento de dúvidas e validação de informações junto aos participantes.

3.6. Análise dos dados

3.6.1. Análise quantitativa

Os dados quantitativos coletados por meio dos questionários foram organizados em planilhas eletrônicas e analisados por meio de estatística descritiva, incluindo:

- Cálculo de frequências absolutas e relativas;
- Medidas de tendência central (média, mediana, moda);
- Medidas de dispersão (desvio padrão, coeficiente de variação);
- Elaboração de tabelas e gráficos para visualização dos resultados.

3.6.2. Análise qualitativa

Os dados qualitativos inferidos a partir das entrevistas foram interpretados e discutidos à luz do referencial teórico.

3.7. Aspectos éticos

A pesquisa foi conduzida respeitando os princípios éticos fundamentais, garantindo:

- Consentimento livre e esclarecido de todos os participantes;
- Confidencialidade e anonimato das informações coletadas;
- Direito de desistência da participação a qualquer momento;
- Uso dos dados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos;
- Retorno dos resultados às comunidades participantes.

3.8. Limitações da pesquisa

- Restrição geográfica ao município de Guanambi, limitando a generalização dos resultados;
- Amostra intencional que, embora representativa das associações estudadas, não permite inferências estatísticas para toda a população de agricultores familiares da região;
- Possível viés de seleção relacionado à participação apenas de agricultores associados;
- Limitações temporais que restringiram o acompanhamento longitudinal dos impactos dos programas.

Estas limitações serão consideradas na interpretação dos resultados e nas conclusões da pesquisa, sem comprometer a validade e relevância dos achados para a compreensão da efetividade dos programas governamentais de segurança alimentar na região estudada.

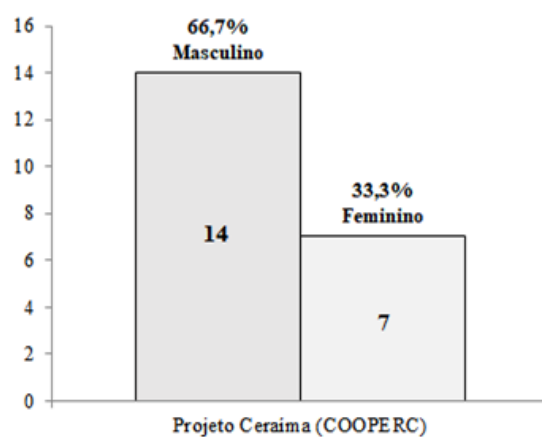
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Gênero

A análise da distribuição por gênero dos agricultores familiares participantes desta pesquisa revela padrões diferenciados entre as comunidades estudadas, evidenciando especificidades territoriais que merecem atenção no contexto das políticas públicas de segurança alimentar.

Na **Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC)**, observou-se uma distribuição de 14 participantes do sexo masculino (66,7%) e 7 do sexo feminino (33,3%), totalizando 21 agricultores (Figura 1).

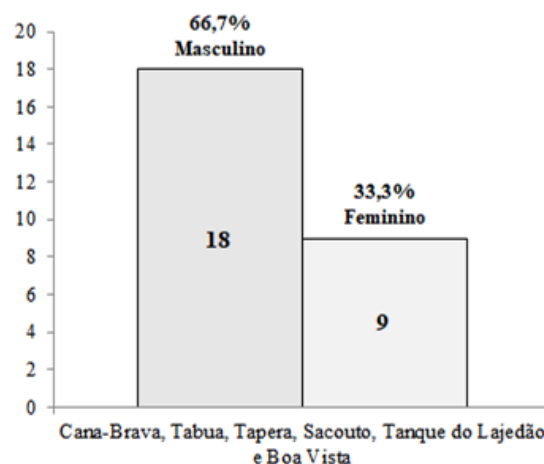
Figura 1. Distribuição de Gênero. Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC). Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

A **Associação Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista** apresentou distribuição idêntica em termos percentuais, com 18 homens (66,7%) e 9 mulheres (33,3%) entre os 27 participantes (Figura 2).

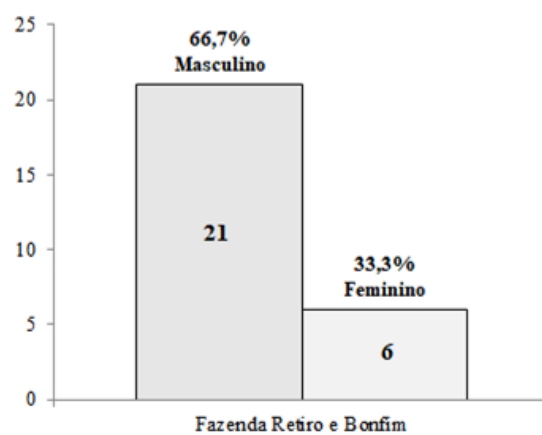
Figura 2. Distribuição de Gênero. Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Na **Associação da Fazenda Retiro e Bonfim**, verificou-se a maior disparidade de gênero entre as comunidades estudadas, com 21 homens (77,8%) e apenas 6 mulheres (22,2%) dos 27 participantes (Figura 3).

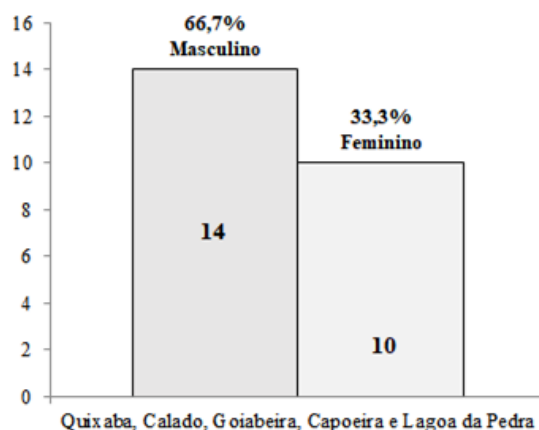
Figura 3. Distribuição de Gênero. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Por outro lado, a **Associação de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra** apresentou a distribuição mais equilibrada entre os gêneros, com 14 homens (58,3%) e 10 mulheres (41,7%) dos 24 participantes (Figura 4).

Figura 4. Distribuição de Gênero. Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Considerando a totalidade dos 99 agricultores familiares participantes da pesquisa, observou-se uma predominância masculina expressiva, com 67 homens (67,7%) e 32 mulheres (32,3%) – contemplado a seguir na Tabela 1 e na Figura 5. Esta distribuição evidencia um padrão característico da agricultura familiar brasileira, em que tradicionalmente os homens são os principais responsáveis pelos estabelecimentos rurais, especialmente em contextos de agricultura típicos do semiárido.

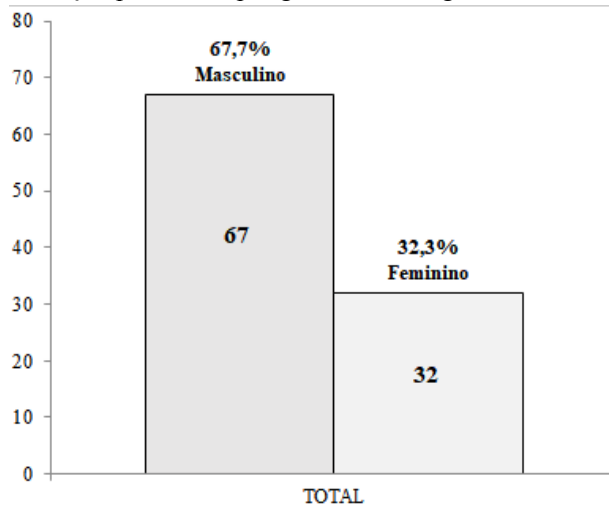
Este achado alinha-se com estudos que historicamente demonstram menor visibilidade das mulheres nas estatísticas oficiais, nos processos de tomada de decisão dos estabelecimentos rurais e na gestão dos sistemas produtivos.

Tabela 1. Distribuição por gênero das comunidades estudadas

Gênero	Masculino		Feminino		TOTAL	
Projeto Ceraíma (COOPERC)	14	66,7%	7	33,3%	21	100,0%
Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista	18	66,7%	9	33,3%	27	100,0%
Fazenda Retiro e Bonfim	21	77,8%	6	22,2%	27	100,0%
Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra	14	58,3%	10	41,7%	24	100,0%
TOTAL	67	67,7%	32	32,3%	99	100,0%

Fonte: Autor (2025).

Figura 5. Distribuição percentual por gênero - Total geral. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

A análise estatística dos dados de gênero (Tabela 2) confirma a adequação dos procedimentos metodológicos adotados. A moda da distribuição corresponde ao sexo masculino, representado por 67 participantes (67,7% da amostra). Este resultado indica que, entre as organizações rurais estudadas, a categoria mais frequente é composta por homens, corroborando o padrão regional identificado em estudos similares no semiárido brasileiro.

Tabela 2. Análise estatística - Distribuição por gênero

Gênero	Masculino	Feminino
Frequência Absoluta	67	32
Frequência Relativa (%)	67,7%	32,3%
Moda	Masculino (67 participantes)	

Fonte: Autor (2025).

No entanto, a predominância masculina observada (67,7%) contrasta com dados oficiais sobre a participação feminina em programas de segurança alimentar. De acordo com os dados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 61% dos fornecedores beneficiados em 2023 eram mulheres (Brasil, 2024b).

Esta aparente contradição pode ser explicada pela diferença entre a participação formal nos programas e a liderança dos estabelecimentos rurais. Conforme estabelecido pela Lei nº 14.660/2023, que determina que a aquisição de gêneros alimentícios deve ser feita no nome da mulher em no mínimo 50% do valor adquirido quando comprados de família rural individual (FNDE, 2024), existe um movimento legislativo no sentido de promover maior equidade de gênero no acesso às políticas públicas.

O contexto regional do semiárido apresenta características específicas que podem explicar a predominância masculina identificada. Segundo Buainain e Garcia (2013), a região concentra a maior parcela da população rural brasileira em condições de pobreza, contexto no qual estruturas patriarcais tradicionais frequentemente limitam o protagonismo feminino na gestão dos estabelecimentos familiares.

A variação observada entre as comunidades (de 22,2% a 41,7% de participação feminina) sugere que fatores locais específicos influenciam os padrões de gênero na agricultura familiar. A maior participação feminina na Associação de Quixaba (41,7%) pode indicar processos organizacionais mais inclusivos ou características produtivas que favorecem o protagonismo das mulheres.

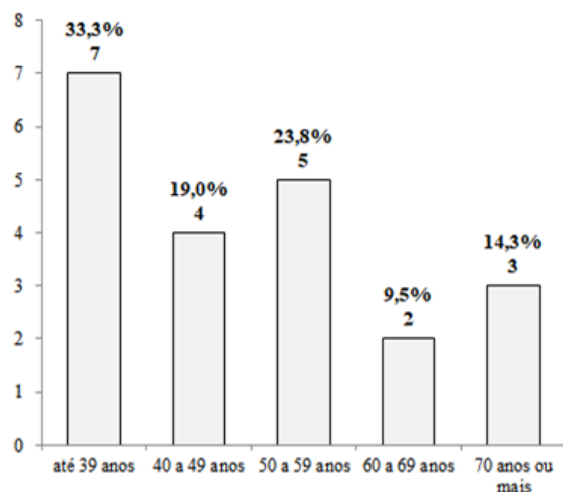
Os resultados evidenciam a necessidade de estratégias específicas para ampliar a participação feminina nos programas governamentais de segurança alimentar na região de Guanambi. A predominância masculina identificada entre os entrevistados (67,7%) contrasta com as diretrizes nacionais que buscam promover maior equidade de gênero no acesso às políticas públicas.

4.2. Faixa etária

A distribuição etária dos agricultores familiares participantes desta pesquisa evidencia padrões demográficos relevantes para a compreensão da dinâmica geracional na agricultura familiar, com implicações diretas para o planejamento de políticas públicas de desenvolvimento rural.

A distribuição etária na **Cooperativa do Projeto Ceraíma (COOPERC)** mostrou-se equilibrada nas faixas intermediárias: 7 agricultores com até 39 anos (33,3%), 4 entre 40 e 49 anos (19,0%), e 5 de 50 a 59 anos (23,8%). Nos extremos, havia 2 produtores de 60 a 69 anos (9,5%) e 3 com 70 anos ou mais (14,3%) (Figura 6).

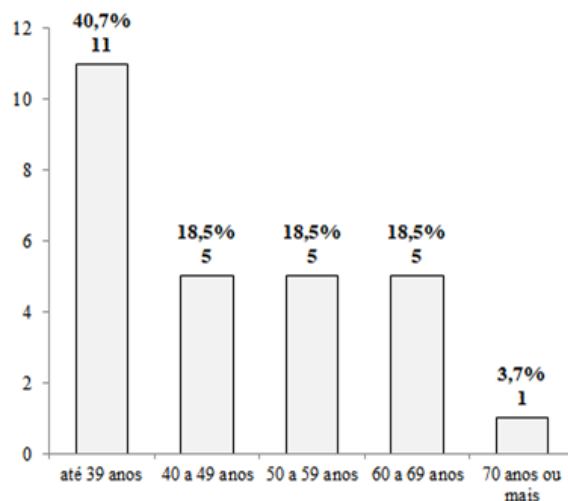
Figura 6. Distribuição de Faixa Etária. Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC). Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Na **Associação de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista** (Figura 7), observou-se predominância de agricultores jovens, com 11 participantes na faixa de até 39 anos (40,7%), 5 entre 40 e 49 anos (18,5%), 5 na faixa de 50 a 59 anos (18,5%), 5 entre 60 e 69 anos (18,5%) e apenas 1 com 70 anos ou mais (3,7%).

Figura 7. Distribuição de Faixa Etária. Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista. Guanambi – BA, 2025.

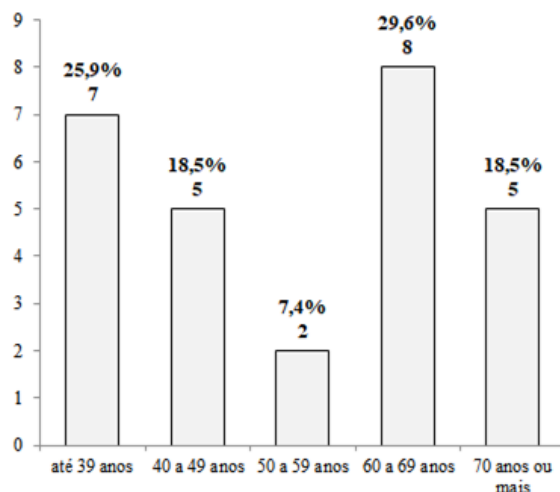


Fonte: Autor (2025).

A **Associação da Fazenda Retiro e Bonfim** (Figura 8) apresentou distribuição mais concentrada nas faixas etárias intermediárias e avançadas, com 7 agricultores de até 39 anos

(25,9%), 5 entre 40 e 49 anos (18,5%), apenas 2 na faixa de 50 a 59 anos (7,4%), 8 entre 60 e 69 anos (29,6%) e 5 com 70 anos ou mais (18,5%).

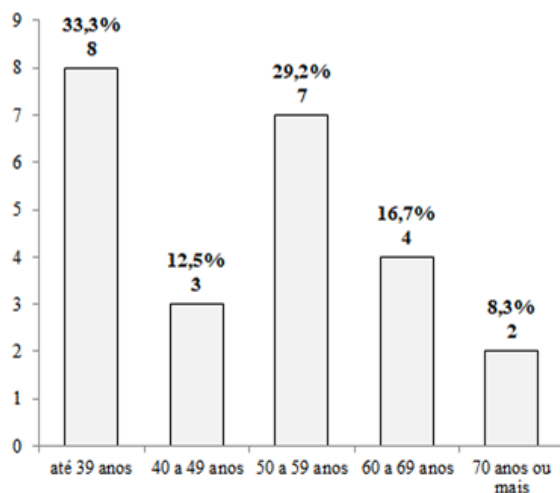
Figura 8. Distribuição de Faixa Etária. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Por sua vez, a **Associação de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra** (Figura 9) demonstrou distribuição etária mais equilibrada, com 8 agricultores de até 39 anos (33,3%), 3 entre 40 e 49 anos (12,5%), 7 na faixa de 50 a 59 anos (29,2%), 4 entre 60 e 69 anos (16,7%) e 2 com 70 anos ou mais (8,3%).

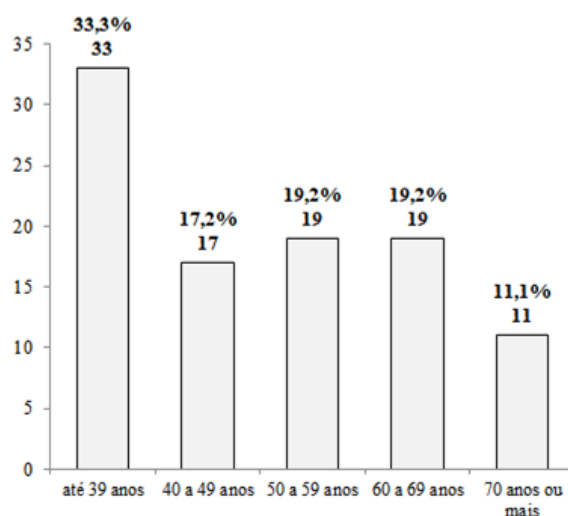
Figura 9. Distribuição de Faixa Etária. Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Considerando a totalidade dos 99 agricultores familiares (Figura 10), a distribuição etária evidenciou maior concentração de agricultores na faixa de até 39 anos, representando 33 participantes (33,3%), seguida pelas faixas de 40 a 49 anos com 17 agricultores (17,2%), 50 a 59 anos com 19 participantes (19,2%), 60 a 69 anos com 19 agricultores (19,2%) e 70 anos ou mais com 11 participantes (11,1%).

Figura 10. Distribuição percentual por faixa etária - Total geral. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

O maior número de agricultores jovens (33,3% na faixa etária até 39 anos) contrasta com as tendências nacionais de envelhecimento rural, sugerindo maior dinamismo demográfico nas organizações estudadas. Contudo, a presença de agricultores com 60 anos ou mais (30,3%, somando as duas faixas superiores) indica necessidade de atenção às questões de sucessão geracional e sustentabilidade dos sistemas produtivos.

A análise estatística da faixa etária (conforme pode ser visto na Tabela 3, a seguir) baseou-se nas idades reais dos participantes, permitindo cálculo preciso das medidas de tendência central e dispersão. A média de idade situou-se em 48,4 anos, indicando perfil predominantemente adulto com potencial produtivo. A mediana geral de 49 anos confirma a centralidade da distribuição em faixas etárias intermediárias, evidenciando equilíbrio entre agricultores mais jovens e mais velhos.

Tabela 3. Análise estatística - Faixa etária (baseada em idades reais)

Faixa Etária	Até 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 anos ou mais
Frequência Absoluta	33	17	19	19	11
Frequência Relativa (%)	33,3%	17,2%	19,2%	19,2%	11,1%

	COOPERC	Cana-Brava	Fazenda Retiro	Quixaba	GERAL
Média	48,71	45,07	52,44	47,33	48,40
Mediana	47,00	45,00	59,00	51,50	49,00
Moda	32	-	73	27	27
Desvio Padrão	15,53	15,63	16,35	16,00	15,90
Coef. de Variação	31,89%	34,68%	31,18%	33,80%	32,86%

Fonte: Autor (2025).

A moda (27 anos) evidencia a presença de agricultores jovens, possivelmente relacionada a processos de sucessão geracional em andamento ou à atratividade das organizações estudadas para agricultores em início de carreira produtiva.

O desvio padrão de 15,9 anos indica variabilidade moderada na distribuição etária, sugerindo diversidade geracional adequada para sustentabilidade organizacional. O coeficiente de variação de 32,86% confirma dispersão considerável em torno da média, evidenciando heterogeneidade etária que pode contribuir para complementaridade de conhecimentos tradicionais e inovações tecnológicas.

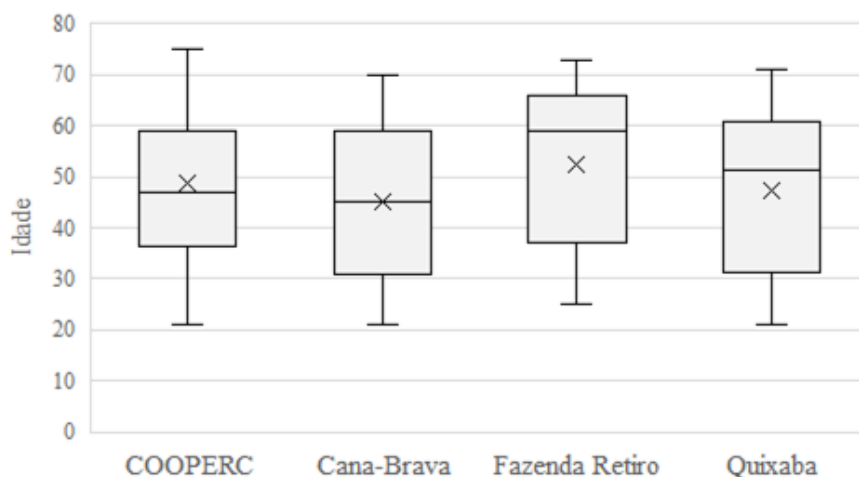
O perfil observado contrasta positivamente com tendências de envelhecimento rural identificadas em outras regiões do país. Conforme evidenciado pela EMBRAPA (2024), a agricultura familiar no Brasil tem enfrentado desafios relacionados à sucessão geracional, com menor permanência de jovens no campo em muitas regiões.

A distribuição etária observada também reflete características do desenvolvimento territorial no semiárido brasileiro. Segundo Buainain e Garcia (2013), a região vem passando por muitas transformações nas últimas décadas, impulsionadas por investimentos públicos e privados que podem estar contribuindo para a retenção de jovens no meio rural.

A análise da Figura 11, a seguir, confirma as diferenças etárias entre as comunidades identificadas na análise estatística. O gráfico de caixas evidencia que a COOPERC apresenta distribuição mais concentrada em torno da mediana (47 anos), com menor dispersão entre os quartis. A Associação de Cana-Brava mostra perfil mais jovem, com mediana de 45 anos e distribuição assimétrica voltada para idades menores. A Fazenda Retiro e Bonfim destaca-se pela maior mediana (59 anos) e presença de valores extremos na faixa superior, confirmando o

perfil mais envelhecido desta comunidade. Já a Associação de Quixaba apresenta distribuição intermediária, com mediana de 51,5 anos e variabilidade equilibrada entre as faixas etárias.

Figura 11. Distribuição das idades reais dos participantes por comunidade. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

A variação observada entre as comunidades evidencia especificidades territoriais relevantes. A maior concentração de jovens na Associação de Cana-Brava pode indicar dinâmicas econômicas mais atrativas para agricultores em início de carreira. Por outro lado, o perfil mais envelhecido da Fazenda Retiro e Bonfim sugere necessidade de estratégias específicas para renovação geracional.

A estrutura etária identificada apresenta oportunidades e desafios para a efetividade dos programas governamentais. A predominância de agricultores jovens e adultos (50,5% até 49 anos, no total) sugere maior facilidade para capacitação técnica e adequação às exigências dos programas PNAE e PAA.

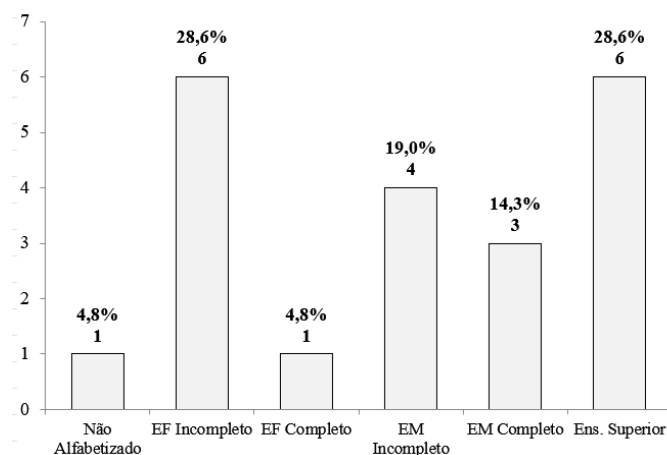
Contudo, a presença de agricultores com 60 anos ou mais (30,3%) demanda atenção específica às suas necessidades. Estes agricultores frequentemente possuem conhecimentos tradicionais valiosos sobre práticas agroecológicas, mas podem enfrentar dificuldades para adequação às exigências burocráticas dos programas governamentais.

4.3. Escolaridade

O nível de escolaridade dos agricultores familiares constitui variável fundamental para compreensão da capacidade organizacional e de acesso a políticas públicas na região estudada. A análise dos dados revelou características importantes sobre o capital humano disponível nas organizações rurais estudadas.

A **Cooperativa do Projeto Ceraíma (COOPERC)** (Figura 12) apresentou 1 agricultor não alfabetizado (4,8%), 6 com Ensino Fundamental incompleto (28,6%), 1 com Ensino Fundamental completo (4,8%), 4 com Ensino Médio incompleto (19,0%), 3 com Ensino Médio completo (14,3%) e 6 com Ensino Superior (28,6%).

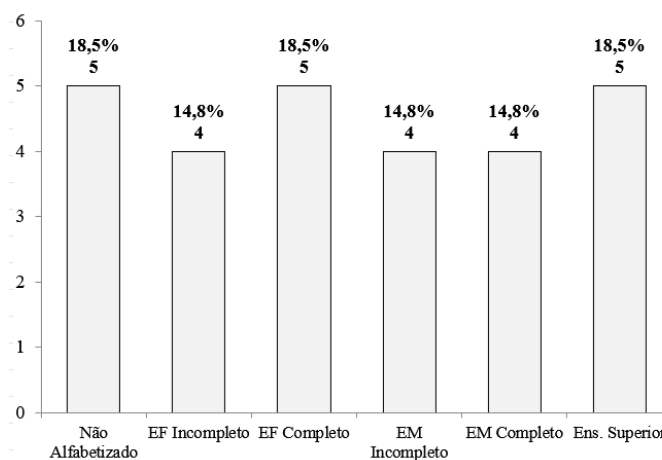
Figura 12. Distribuição de Escolaridade. Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC). Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Na **Associação de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista** (Figura 13), havia 5 agricultores não alfabetizados (18,5%), 4 com Fundamental incompleto (14,8%), 5 com Fundamental completo (18,5%), 4 com Ensino Médio incompleto (14,8%), 4 com Ensino Médio completo (14,8%) e 5 com Ensino Superior (18,5%).

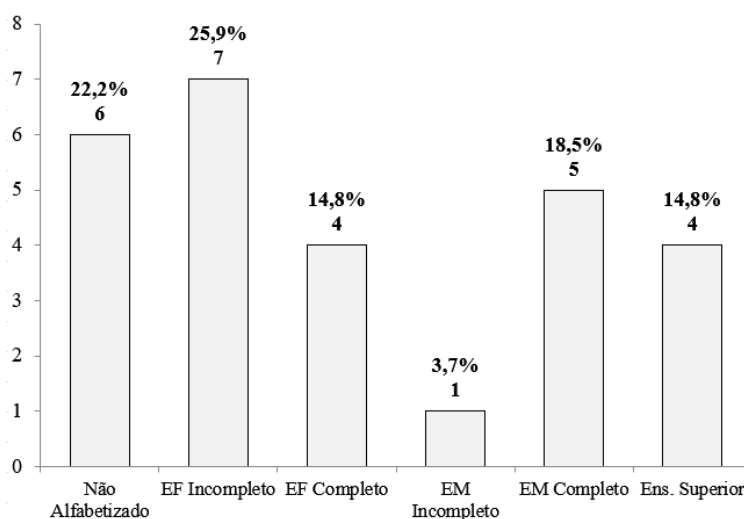
Figura 13. Distribuição de Escolaridade. Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

A **Associação da Fazenda Retiro e Bonfim** (Figura 14) apresentou concentração nos níveis educacionais mais baixos, com 6 agricultores não alfabetizados (22,2%), 7 com Ensino Fundamental incompleto (25,9%), 4 com Ensino Fundamental completo (14,8%), 1 com Ensino Médio incompleto (3,7%), 5 com Ensino Médio completo (18,5%) e 4 com Ensino Superior (14,8%).

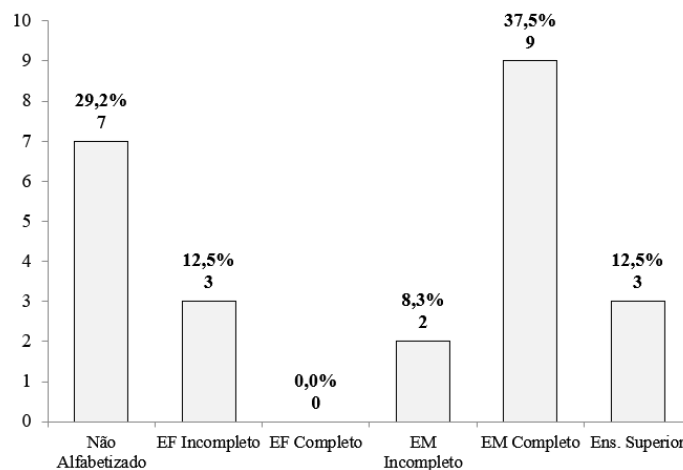
Figura 14. Distribuição de Escolaridade. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

A Associação de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra (Figura 15) apresentou 7 agricultores não alfabetizados (29,2%), 3 com Ensino Fundamental incompleto (12,5%), 2 com Ensino Médio incompleto (8,3%), 9 com Ensino Médio completo (37,5%) e 3 com Ensino Superior (12,5%).

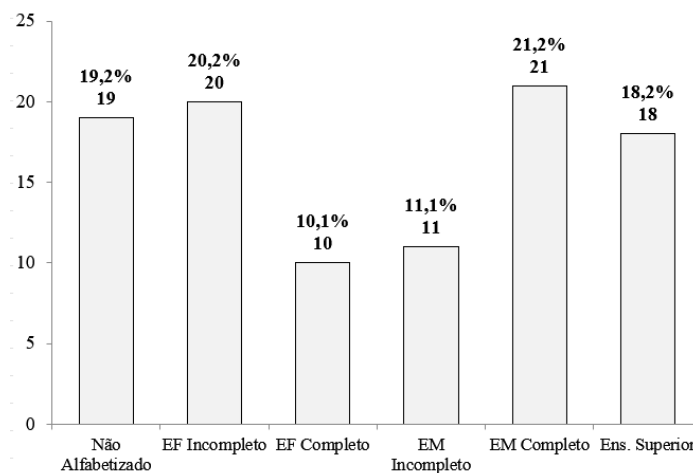
Figura 15. Distribuição de Escolaridade. Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Considerando a totalidade dos 99 agricultores familiares (Figura 16), a distribuição educacional evidenciou 19 participantes não alfabetizados (19,2%), 20 com Ensino Fundamental incompleto (20,2%), 10 com Ensino Fundamental completo (10,1%), 11 com Ensino Médio incompleto (11,1%), 21 com Ensino Médio completo (21,2%) e 18 com Ensino Superior (18,2%).

Figura 16. Distribuição percentual por escolaridade - Total geral. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Esta distribuição revela características complexas do perfil educacional da agricultura familiar regional. As duas maiores categorias – Ensino Médio completo (21,2%) e Fundamental incompleto (20,2%) – evidenciam uma polarização educacional. Contudo, a presença expressiva de agricultores com Ensino Superior (18,2%) contrasta positivamente com os estereótipos sobre baixa escolaridade no meio rural.

Na análise estatística da escolaridade (Tabela 4), a moda geral corresponde ao Ensino Médio completo, representado por 21 participantes (21,2% da amostra), evidenciando nível de escolaridade relativamente elevado. A mediana geral situa-se no Ensino Médio incompleto, correspondendo à posição central (50ª posição) quando os dados são ordenados. Este resultado confirma que metade dos agricultores possui escolaridade até este nível, evidenciando uma distribuição equilibrada em torno dos níveis intermediários (como pode ser analisado visualmente, por meio do gráfico de dispersão – Figura 17).

Tabela 4. Análise estatística – Escolaridade por comunidade

Escolaridade	Não Alfabetizado	EF Incompleto	EF Completo	EM Incompleto	EM Completo	Ensino Superior
Frequência Absoluta	19	20	10	11	21	18
Frequência Relativa (%)	19,2%	20,2%	10,1%	11,1%	21,2%	18,2%

	COOPERC	Cana-Brava	Fazenda Retiro	Quixaba	GERAL
Mediana	EM Incompleto (posição 11)	EF Completo (posição 14)	EF Completo (posição 14)	Entre: EM Incompleto e EM Completo (posições 12-13)	EM Incompleto (posição 50)
Moda	EF Incompleto e Ensino Superior* (6 pessoas cada)	Não Alfabetizado, EF Completo e Ensino Superior* (5 pessoas cada)	EF Incompleto (7 pessoas)	EM Completo (9 pessoas)	EM Completo (21 pessoas)

* Empate entre categorias com a mesma frequência

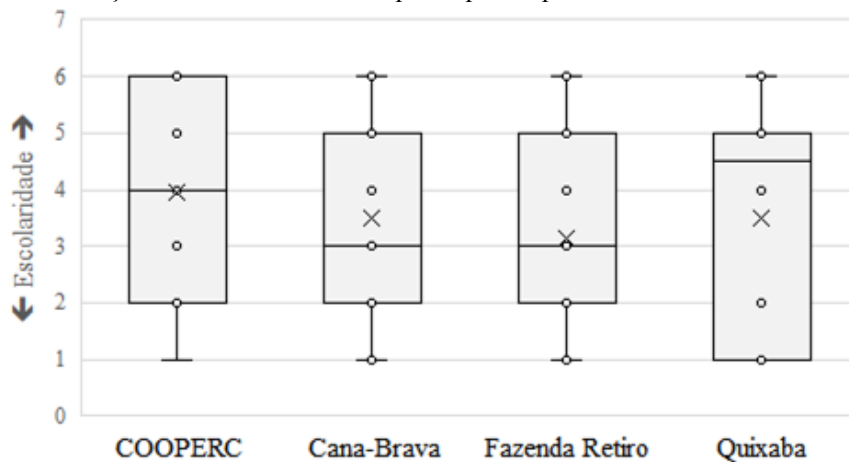
Cálculos baseados nos dados individuais de escolaridade de cada participante.

Fonte: Autor (2025).

A análise da Figura 17 (a seguir) revela padrões distintos de distribuição educacional entre as comunidades. A COOPERC apresenta a maior variabilidade educacional, com mediana no nível 4 (Ensino Médio incompleto) e presença de valores extremos superiores, indicando coexistência de diferentes níveis de escolaridade. A Associação de Cana-Brava mostra distribuição mais concentrada em níveis intermediários, com mediana no nível 3 (Ensino Fundamental completo). A Fazenda Retiro e Bonfim evidencia o perfil educacional mais baixo, com mediana também no nível 3, mas com distribuição concentrada nos quartis inferiores. A Associação de Quixaba apresenta mediana entre níveis 4-5 (correspondente a Ensino Médio

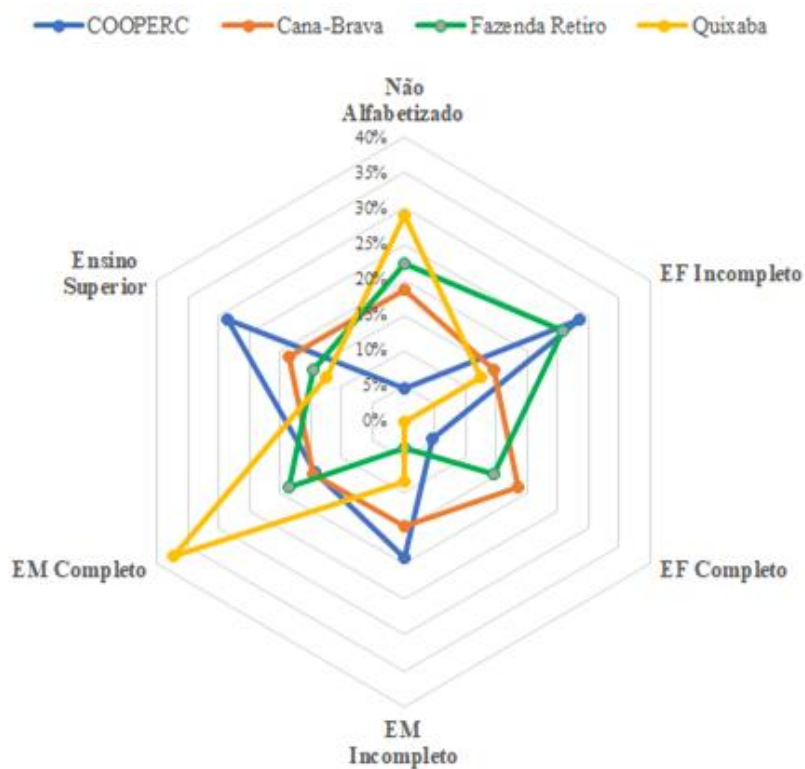
Incompleto/Completo) mas com variação considerável, abrangendo desde não alfabetizados até Ensino Superior.

Figura 17. Distribuição das escolaridades dos participantes por comunidade. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Figura 18. Comparação dos níveis educacionais entre comunidades - gráfico radar. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

O gráfico radar (Figura 18) permite outra visualização comparativa dos perfis educacionais. A COOPERC (linha azul) caracteriza-se pela polarização entre Ensino Superior (28,6%) e níveis básicos, refletindo uma dualidade educacional. Cana-Brava (linha laranja) apresenta distribuição mais equilibrada entre os níveis, com destaque relativo para não alfabetizados e Ensino Fundamental completo. Fazenda Retiro (linha verde) concentra-se no Ensino Fundamental incompleto, confirmando seu perfil educacional mais básico. Quixaba (linha amarela) sobressai-se no Ensino Médio completo (37,5%). Esta visualização confirma as diferenças territoriais e sugere que cada comunidade possui características educacionais específicas que podem influenciar estratégias diferenciadas de capacitação e acesso aos programas governamentais.

O perfil educacional identificado apresenta características favoráveis para a efetividade dos programas governamentais de segurança alimentar. A presença de 18,2% de agricultores com Ensino Superior e 21,2% com Ensino Médio completo indica a existência de um interessante capital humano, contrastando com as percepções estereotipadas sobre baixa escolaridade na agricultura familiar.

Segundo dados nacionais sobre agricultura familiar, o perfil educacional observado posiciona-se acima da média regional para o semiárido brasileiro. Conforme evidenciado por Azevedo (2023), os processos sociais de organização da agricultura familiar no semiárido apresentam características específicas que frequentemente incluem limitações educacionais como obstáculo ao acesso a políticas públicas.

A diversidade educacional observada (de não alfabetizados a Ensino Superior) pode constituir uma vantagem organizacional. Agricultores com maior escolaridade podem facilitar processos burocráticos e de capacitação técnica exigidos pelos programas PNAE e PAA, enquanto aqueles com menor escolaridade podem contribuir com conhecimentos tradicionais valiosos sobre práticas agroecológicas. A presença de agricultores não alfabetizados (19,2%) também demanda estratégias específicas de letramento, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de capacitação e apoio técnico.

As variações observadas entre as comunidades evidenciam especificidades territoriais relevantes. A maior concentração de agricultores com Ensino Superior na COOPERC (28,6%) pode estar relacionada às características técnicas da agricultura irrigada, que tradicionalmente demanda maior qualificação. Por outro lado, a maior presença de não alfabetizados na Fazenda Retiro e Bonfim (22,2%) sugere necessidade de estratégias educacionais específicas.

A diversidade educacional observada nas comunidades estudadas sugere potencial para estratégias de capacitação horizontais, em que agricultores com maior escolaridade podem atuar

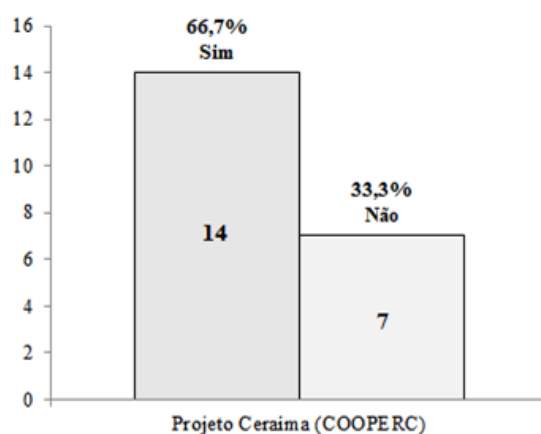
como multiplicadores junto àqueles com menores níveis educacionais. Esta abordagem pode fortalecer a coesão organizacional e melhorar a efetividade dos programas governamentais.

4.4. Participação em programas governamentais

Sobre a participação dos agricultores familiares nos programas governamentais de segurança alimentar, a análise dos dados revela padrões específicos de acesso e limitações estruturais que impactam diretamente a capacidade de articulação entre a produção local e os mercados institucionais de alimentos.

A **Cooperativa do Projeto Ceraíma (COOPERC)** apresentou a maior taxa de acesso a programas governamentais entre as organizações estudadas, com 14 participantes (66,7%) e 7 não participantes (33,3%) (Figura 19).

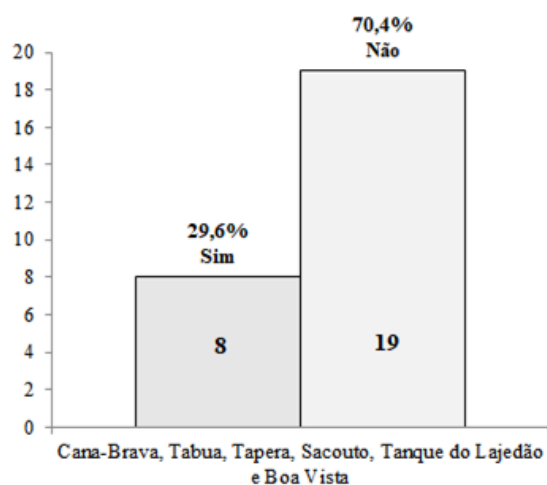
Figura 19. Participação em Programas Governamentais. Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC). Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Na **Associação de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista** (Figura 20), observou-se uma menor participação, com 8 agricultores envolvidos em programas governamentais (29,6%) e 19 não participantes (70,4%).

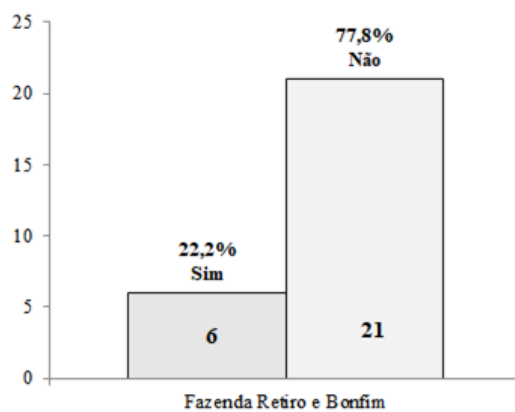
Figura 20. Participação em Programas Governamentais. Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

A **Associação da Fazenda Retiro e Bonfim** (Figura 21), demonstrou participação ainda menor, com apenas 6 agricultores participantes (22,2%) e 21 não participantes (77,8%).

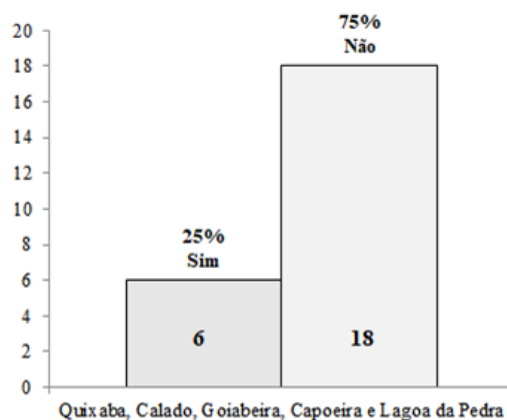
Figura 21. Participação em Programas Governamentais. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

A **Associação de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra** (Figura 22) também apresentou baixa participação, com 6 agricultores participantes (25%) e 18 não participantes (75%).

Figura 22. Participação em Programas Governamentais. Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

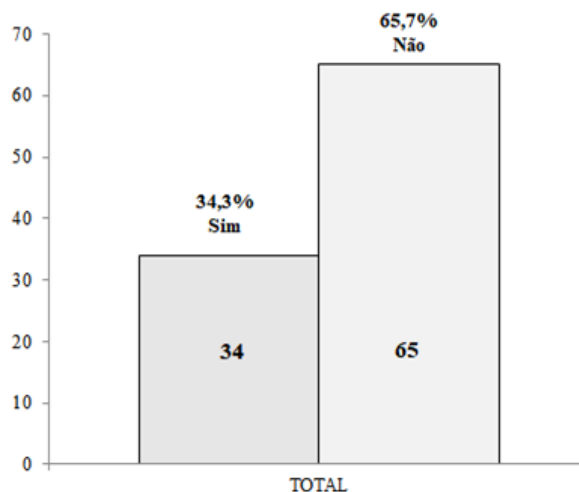
Considerando a totalidade dos 99 agricultores familiares, identificou-se que 34 participam de programas governamentais (34,3%) enquanto 65 não participam (65,7%). Esta distribuição (ilustrada a seguir na Tabela 5, e no gráfico da Figura 23) evidencia limitações no acesso às políticas públicas de segurança alimentar, com dois terços dos agricultores organizados permanecendo excluídos dos mercados institucionais.

Tabela 5. Participação em programas governamentais por comunidade

Participação	Sim		Não		TOTAL	
Projeto Ceraíma (COOPERC)	14	66,7%	7	33,3%	21	100,0%
Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista	8	29,6%	19	70,4%	27	100,0%
Fazenda Retiro e Bonfim	6	22,2%	21	77,8%	27	100,0%
Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra	6	25,0%	18	75,0%	24	100,0%
TOTAL	34	34,3%	65	65,7%	99	100,0%

Fonte: Autor (2025).

Figura 23. Participação geral em programas governamentais. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Na análise estatística (Tabela 6), a moda da distribuição também corresponde à não participação, representada por 65 agricultores (65,7% da amostra).

Tabela 6. Análise estatística - Participação em programas governamentais

Participação	Sim	Não
Frequência Absoluta	34	65
Frequência Relativa (%)	34,3%	65,7%
Moda	Não (65 participantes)	

Fonte: Autor (2025).

A análise específica dos programas (Tabela 7) revelou que os 34 participantes (100%) estão envolvidos exclusivamente com o **PNAE**. Não foi identificada participação no **PAA**.

Tabela 7. Distribuição por tipo de programa (PNAE/PAA) por comunidade

Programas	PNAE		PAA		TOTAL	
Projeto Ceraíma (COOPERC)	14	100,0%	0	0,0%	14	100,0%
Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista	8	100,0%	0	0,0%	8	100,0%
Fazenda Retiro e Bonfim	6	100,0%	0	0,0%	6	100,0%
Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra	6	100,0%	0	0,0%	6	100,0%
TOTAL	34	100,0%	0	0,0%	34	100,0%

Fonte: Autor (2025).

Esta concentração exclusiva no PNAE sugere tanto oportunidades quanto limitações estruturais. Por um lado, evidencia que o programa tem alcançado resultados na região,

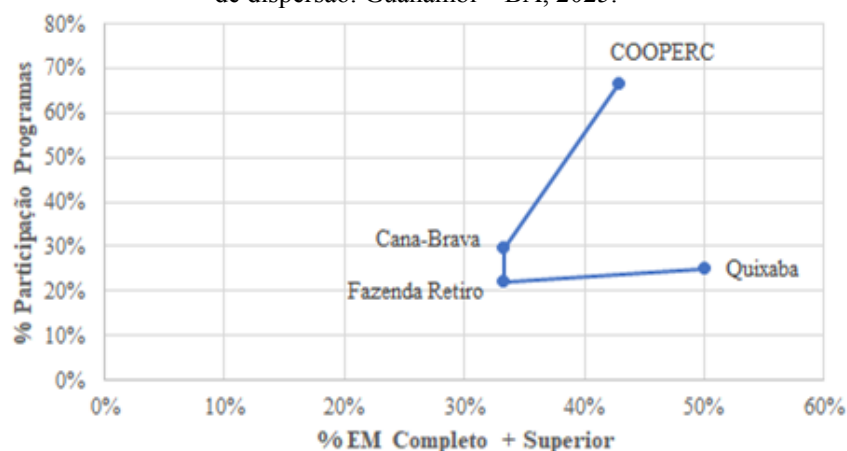
atendendo a demandas educacionais locais por meio da agricultura familiar. Por outro lado, a ausência total de participação no PAA indica perda de oportunidades para diversificação de mercados institucionais e ampliação da segurança alimentar regional.

A taxa geral de participação situa-se abaixo das expectativas para organizações rurais estruturadas, especialmente considerando que a Lei nº 11.947/2009 estabelece que no mínimo 30% dos recursos federais do PNAE devem ser destinados à agricultura familiar (Brasil, 2009). Segundo dados nacionais do FNDE (2024), o programa atende diariamente cerca de 40 milhões de estudantes, representando uma grande oportunidade para a agricultura familiar brasileira. Já o PAA encerrou 2023 com mais de R\$ 1 bilhão disponibilizado para aquisição de alimentos, beneficiando 81.707 agricultores familiares nacionalmente (Brasil, 2024b). A não participação entre os agricultores entrevistados sugere desconhecimento do programa, inadequação dos processos de divulgação ou limitações estruturais locais para atendimento às suas exigências.

As diferenças entre as comunidades (de 22,2% a 66,7% de participação nos programas) evidenciam que fatores organizacionais e territoriais específicos influenciam o acesso aos programas. A maior participação da COOPERC pode estar relacionada à sua estrutura cooperativa mais formalizada e às características da agricultura irrigada, o que facilita o atendimento a padrões de qualidade e regularidade exigidos pelos mercados institucionais.

A análise da Figura 24 (a seguir) confirma a ausência de correlação linear entre nível educacional e participação nos programas governamentais. O gráfico de dispersão evidencia que a COOPERC (Ceraíma), com 43% de agricultores com Ensino Médio completo ou superior, alcança a maior taxa de participação (66,7%), seguindo a tendência esperada. Contudo, a Associação de Quixaba contradiz esta lógica: apesar de apresentar bom percentual de agricultores com maior escolaridade, mantém baixa participação nos programas (25,0%). As associações de Cana-Brava e Fazenda Retiro, com perfis educacionais similares (33%), apresentam taxas de participação distintas (29,6% e 22,2%, respectivamente), reforçando que fatores organizacionais e territoriais específicos – além da escolaridade – influenciam decisivamente o acesso aos mercados institucionais. Esta análise sugere que investimentos em capacitação técnica e articulação institucional podem ser mais determinantes que o nível educacional formal para ampliação da participação nos programas.

Figura 24. Taxa de participação vs. perfil educacional por comunidade - gráfico de dispersão. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

A baixa participação também pode estar relacionada a limitações estruturais identificadas no referencial teórico sobre agricultura familiar no semiárido. Segundo Azevedo (2023), grande parte dos estabelecimentos da região caracteriza-se por agricultura familiar precária em termos de volume produzido e integração ao mercado, o que pode dificultar o atendimento às exigências dos programas governamentais.

A análise evidencia necessidade urgente de estratégias para:

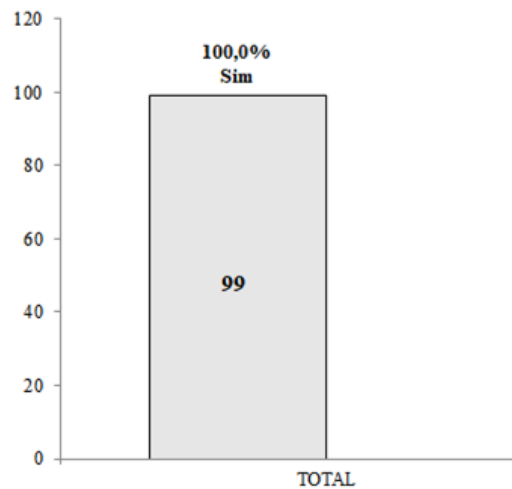
1. Divulgação e capacitação sobre o PAA e suas modalidades;
2. Apoio técnico para adequação produtiva às exigências dos programas;
3. Fortalecimento organizacional das associações com menor participação;
4. Articulação institucional entre organizações rurais e gestores locais dos programas;
5. Adequação de infraestrutura produtiva e logística para atendimento aos mercados institucionais.

4.5. Participação em associações ou cooperativas de agricultores

A análise revela características excelentes da organização social rural entre os entrevistados, contrastando com os resultados de participação em programas governamentais apresentados no item anterior.

Os dados evidenciam um cenário de participação integral nas organizações estudadas (Figura 25). Todos os agricultores confirmaram participação ativa – um resultado esperado, considerando que a pesquisa foi conduzida especificamente com cooperados.

Figura 25. Participação em associações ou cooperativas – representação visual da universalidade.
Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Tal achado é excepcional no contexto da agricultura familiar brasileira, onde significativa parcela dos estabelecimentos familiares permanece desorganizada ou com vínculos associativos frágeis, especialmente no semiárido (CONTAG, 2024). A realidade encontrada demonstra maturidade organizacional, que contrasta com estereótipos sobre individualismo rural e fragilidades associativas na agricultura familiar.

Contudo, a contradição entre organização social consolidada e baixa participação em programas governamentais merece análise, sugerindo que a capacidade organizacional, embora necessária, não constitui condição suficiente para acesso efetivo às políticas públicas.

Possíveis explicações para esta contradição incluem:

1. Limitações de informação: as organizações podem não possuir conhecimento adequado sobre procedimentos, exigências e oportunidades dos programas governamentais;
2. Inadequações produtivas: a produção local pode não atender aos padrões de qualidade, quantidade ou regularidade exigidos pelos mercados institucionais;
3. Barreiras burocráticas: complexidades administrativas podem dificultar o acesso, mesmo para organizações estruturadas;
4. Limitações de infraestrutura: deficiências em transporte, armazenamento ou beneficiamento podem impedir a participação efetiva;
5. Desarticulação institucional: pode haver insuficiente articulação entre as organizações rurais e os gestores locais dos programas governamentais.

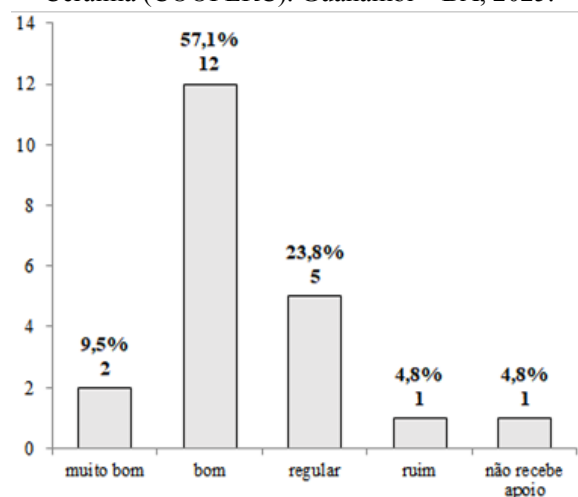
Os achados conectam-se diretamente com o segundo objetivo específico da pesquisa: “avaliar o papel das organizações rurais na mediação entre produtores e políticas públicas”. A participação universal demonstra que as organizações conseguiram estabelecer vínculos sólidos com os agricultores, mas aparentemente enfrentam limitações para exercer efetivamente seu papel mediador no acesso aos programas governamentais.

Organizações com maior sucesso no acesso aos programas (como a COOPERC, com 66,7% de participação) podem servir como referência para aquelas com menor participação, aproveitando a rede organizacional estabelecida para estratégias de multiplicação e transferência de experiências.

4.6. Avaliação do apoio recebido das organizações rurais

A **Cooperativa do Projeto Ceraíma (COOPERC)** apresentou resultados predominantemente positivos sobre o suporte oferecido: 2 agricultores classificaram o apoio como “muito bom” (9,5%), 12 como “bom” (57,1%), 5 como “regular” (23,8%), 1 como “ruim” (4,8%) e 1 declarou não receber apoio (4,8%), conforme o gráfico da Figura 26.

Figura 26. Apoio recebido das organizações rurais. Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC). Guanambi – BA, 2025.

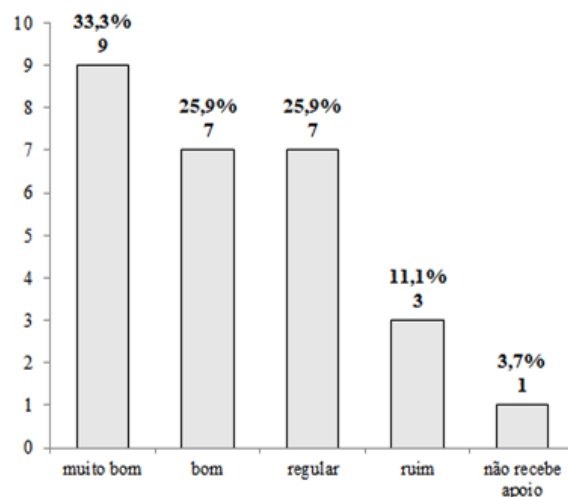


Fonte: Autor (2025).

A **Associação de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista** (Figura 27) obteve melhores avaliações: 9 agricultores classificaram o apoio como “muito

bom” (33,3%), 7 como “bom” (25,9%), 7 como “regular” (25,9%), 3 como “ruim” (11,1%) e apenas 1 declarou não receber apoio (3,7%).

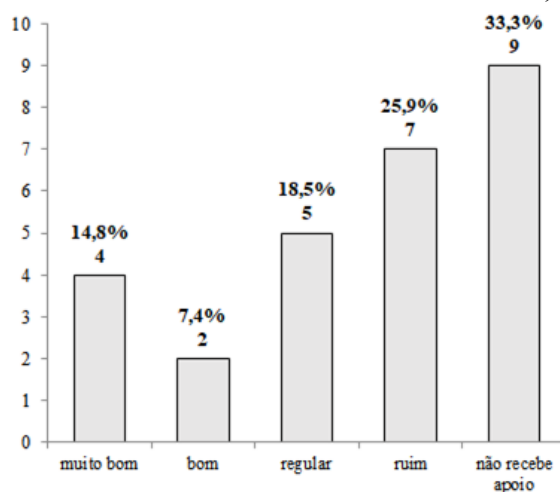
Figura 27. Apoio recebido das organizações rurais. Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Em contraste, a **Associação da Fazenda Retiro e Bonfim** (Figura 28) apresentou os resultados mais críticos: apenas 4 agricultores avaliaram o apoio como “muito bom” (14,8%), 2 como “bom” (7,4%), 5 como “regular” (18,5%), 7 como “ruim” (25,9%) e 9 declararam não receber apoio (33,3%). Um terço dos associados, portanto, declara ausência de suporte.

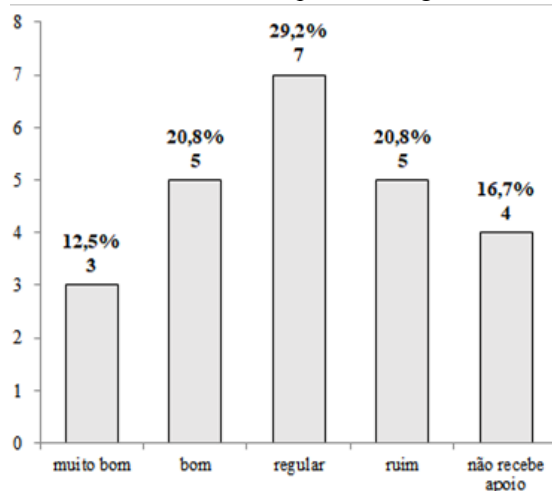
Figura 28. Apoio recebido das organizações rurais. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Na **Associação de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra**, (Figura 29), 3 agricultores classificam o apoio como “muito bom” (12,5%), 5 como “bom” (20,8%), 7 como “regular” (29,2%), 5 como “ruim” (20,8%) e 4 afirmam não receber apoio (16,7%).

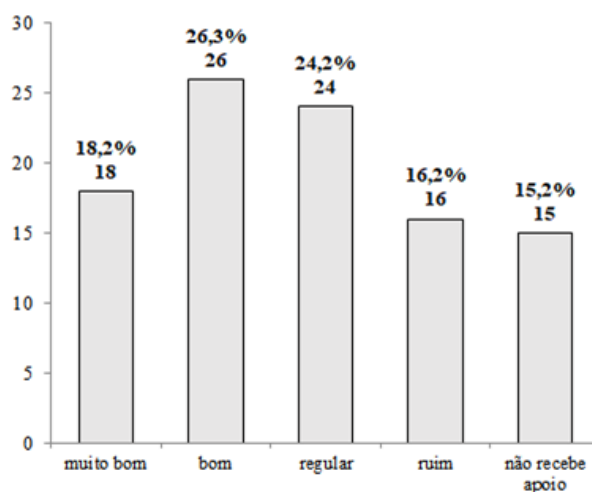
Figura 29. Apoio recebido das organizações rurais. Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Considerando a totalidade dos 99 agricultores familiares (Figura 30), obteve-se: 18 classificações “muito bom” (18,2%), 26 “bom” (26,3%), 24 “regular” (24,2%), 16 “ruim” (16,2%) e 15 declarações de não receber apoio (15,2%).

Figura 30. Distribuição percentual da avaliação do apoio recebido – Visão geral. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Embora 44,5% dos agricultores avaliem o suporte como “bom” ou “muito bom”, uma parcela considerável (31,4%) o classifica como “ruim” ou declara não recebê-lo.

Na análise estatística (Tabela 8), a moda corresponde à avaliação “bom” (26 agricultores), revelando que a percepção mais comum do apoio organizacional é positiva. A mediana situa-se na categoria “regular” (posição 50), indicando que metade dos agricultores avalia o suporte como “regular” ou inferior.

Tabela 8. Análise estatística – Avaliação do apoio por comunidade

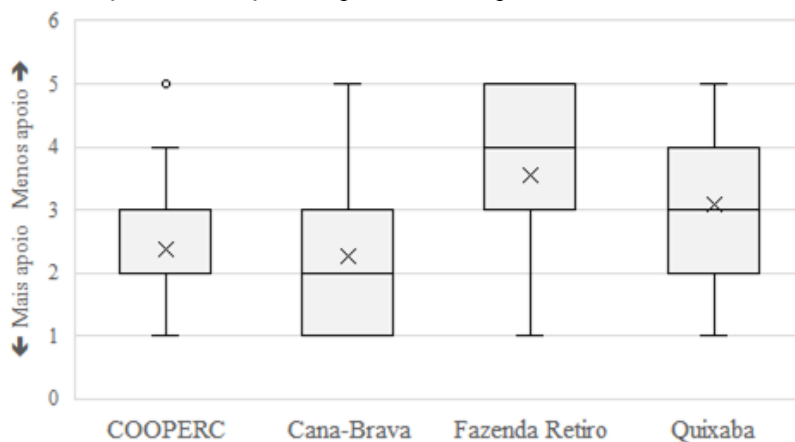
Apoio recebido	Muito bom	Bom	Regular	Ruim	Não recebe
Frequência Absoluta	18	26	24	16	15
Frequência Relativa (%)	18,2%	26,3%	24,2%	16,2%	15,2%
	COOPERC	Cana-Brava	Fazenda Retiro	Quixaba	GERAL
Mediana	Bom (posição 11)	Bom (posição 14)	Ruim (posição 14)	Regular (posições 12-13)	Regular (posição 50)
Moda	Bom (12 pessoas)	Muito bom (9 pessoas)	Não recebe apoio (9 pessoas)	Regular (7 pessoas)	Bom (26 pessoas)

Cálculos baseados nas avaliações individuais de cada participante

Fonte: Autor (2025).

A sensível diferença entre as comunidades (que pode ser melhor visualizada no gráfico de distribuição, na Figura 31) demonstra que uma estrutura organizacional formal não garante automaticamente qualidade dos serviços oferecidos. A Associação de Cana-Brava, com moda “muito bom” e mediana “bom”, comprova ser possível oferecer suporte efetivo, mesmo coordenando agricultores dispersos territorialmente. Inversamente, a Fazenda Retiro tem moda “não recebe apoio” e mediana “ruim”, revelando fragilidades substanciais.

Figura 31. Distribuição da avaliação do apoio recebido por comunidade. Guanambi – BA, 2025.



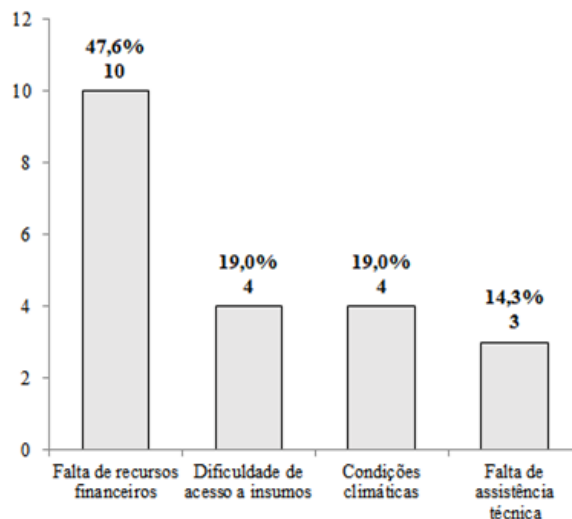
Fonte: Autor (2025).

Esta variação pode explicar parcialmente as diferenças na participação em programas governamentais entre comunidades. A Cooperativa de Ceraíma (COOPERC), com percepções predominantemente positivas (moda “bom”), apresenta a maior participação em programas (66,7%, como demonstrado no subcapítulo anterior); e a Fazenda Retiro e Bonfim, com as menores avaliações de suporte (33,3% declaram não receber apoio), também mantém baixa participação nos programas (22,2%). Estratégias de capacitação em gestão, planejamento organizacional e prestação de serviços podem contribuir para melhoria da efetividade desta associação.

4.7. Principais desafios na produção agrícola

A **Cooperativa do Projeto Ceraíma (COOPERC)** apresentou como principal desafio a falta de recursos financeiros (Figura 32), apontada por 10 agricultores (47,6%), seguida por dificuldade de acesso a insumos (19,0%), condições climáticas (19,0%) e falta de assistência técnica (14,3%).

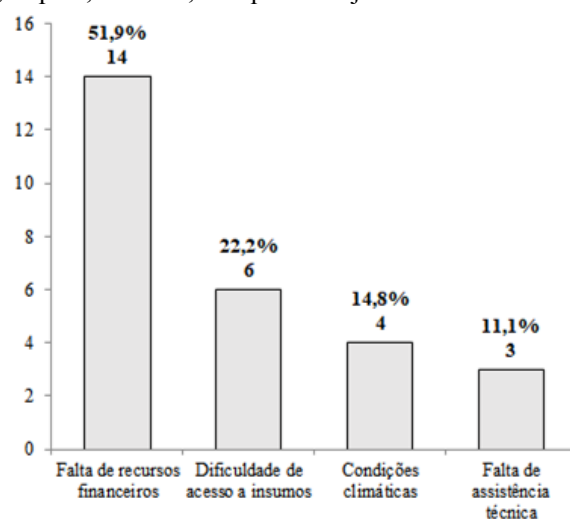
Figura 32. Principais desafios na produção agrícola. Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC). Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Na **Associação de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista** (Figura 33), a falta de recursos financeiros também predominou, sendo indicada por 14 agricultores (51,9%); e foi seguida por dificuldade de acesso a insumos (22,2%), condições climáticas (14,8%) e falta de assistência técnica (11,1%).

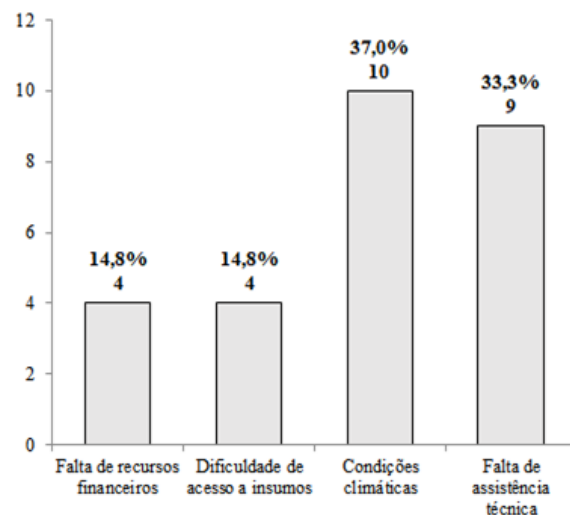
Figura 33. Principais desafios na produção agrícola. Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Na **Associação da Fazenda Retiro e Bonfim** (Figura 34), a falta de recursos financeiros foi indicada por apenas 4 agricultores (14,8%). As condições climáticas predominaram (37,0%), seguidas por falta de assistência técnica (33,3%) e de acesso a insumos (14,8%).

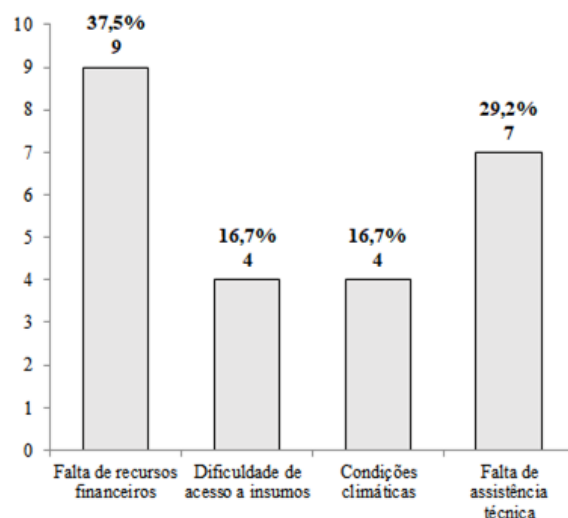
Figura 34. Principais desafios na produção agrícola. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

A **Associação de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra** (Figura 35) apresentou maior ocorrência de falta de recursos financeiros (37,5%), seguida por falta de assistência técnica (29,2%), condições climáticas (16,7%) e acesso a insumos (16,7%).

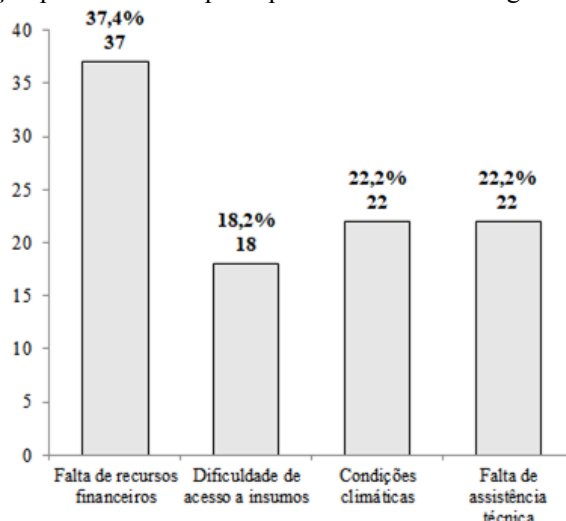
Figura 35. Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Considerando a totalidade dos 99 agricultores familiares (Figura 36), a falta de recursos financeiros predominou com 37 menções (37,4%), seguida por empate entre condições climáticas e falta de assistência técnica, ambas com 22 menções (22,2%), e dificuldade de acesso a insumos com 18 menções (18,2%).

Figura 36. Distribuição percentual dos principais desafios – Visão geral. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Esta distribuição demonstra que limitações financeiras constituem o principal obstáculo estrutural da agricultura familiar regional, afetando mais de um terço dos produtores. O empate

entre condições climáticas e falta de assistência técnica revela a dupla vulnerabilidade característica do semiárido: adversidades naturais e limitações de apoio institucional.

Na análise estatística (Tabela 9), a moda geral também corresponde à “falta de recursos financeiros” (37,4% da amostra), confirmando que limitações econômicas constituem o maior obstáculo para a produção agrícola.

Tabela 9. Análise estatística – Principais desafios na produção agrícola por comunidade

Desafios	Falta de recursos financeiros	Dificuldade de acesso a insumos	Condições climáticas	Falta de assistência técnica
Frequência Absoluta	37	18	22	22
Frequência Relativa (%)	37,4%	18,2%	22,2%	22,2%

	COOPERC	Cana-Brava	Fazenda Retiro	Quixaba	GERAL
Moda	Falta de recursos financeiros (10 pessoas)	Falta de recursos financeiros (14 pessoas)	Condições climáticas (10 pessoas)	Falta de recursos financeiros (9 pessoas)	Falta de recursos financeiros (37 pessoas)

Fonte: Autor (2025).

A prevalência da falta de recursos financeiros alinha-se com os diagnósticos nacionais que identificam o acesso ao crédito como principal gargalo para desenvolvimento produtivo da agricultura familiar (CONTAG, 2024). Embora o Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025 tenha disponibilizado R\$ 76 bilhões para apoiar a produção sustentável de alimentos (Brasil, 2025), a persistência de limitações financeiras na região estudada sugere dificuldades de acesso a estas linhas de crédito ou inadequação entre a oferta de financiamento e as necessidades locais.

A falta de assistência técnica, empatada com condições climáticas (22,2%), revela limitações na oferta de serviços de extensão rural. Este resultado contrasta com as diretrizes nacionais de fortalecimento da assistência técnica e extensão rural (ATER), sugerindo inadequação entre a demanda local e a oferta de serviços técnicos especializados.

A importância das condições climáticas (22,2%) confirma as especificidades do contexto semiárido, onde irregularidades pluviométricas e limitações hídricas constituem desafios permanentes. Essa questão requer investimentos em tecnologias de convivência com o semiárido, incluindo sistemas de captação e armazenamento de água, variedades adaptadas e práticas agroecológicas resilientes. O Programa Cisternas, que ampliou ações com mais de 100 mil cisternas contratadas entre 2023 e 2024 (Brasil, 2024c), constitui exemplo de política pública adaptada às especificidades regionais.

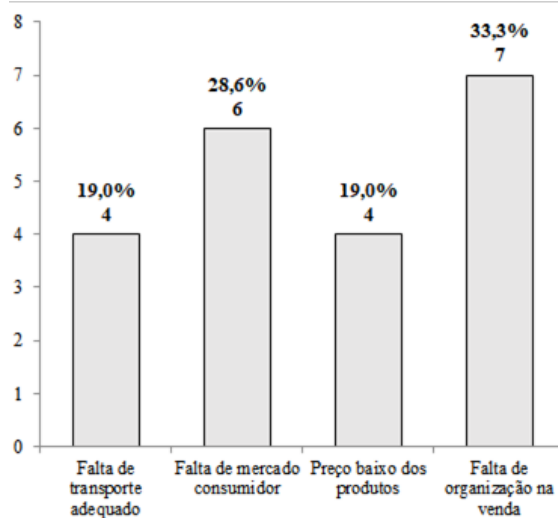
Assim, investimentos coordenados em crédito rural, assistência técnica e tecnologias adaptadas podem contribuir para o fortalecimento da capacidade produtiva e ampliação do acesso aos mercados institucionais de alimentos, considerando as especificidades territoriais e organizacionais identificadas neste estudo.

4.8. Principais obstáculos na comercialização da produção

A análise dos principais obstáculos à comercialização indica que, mesmo depois de superar os desafios no campo, os agricultores enfrentam barreiras específicas para escoar seus produtos, evidenciando lacunas entre a capacidade de oferta e o acesso ao mercado.

A **Cooperativa do Projeto Ceraíma (COOPERC)** apresentou como principal entrave a falta de organização na venda (33,3%), seguida por preço baixo dos produtos (19,0%), falta de transporte adequado (19,0%) e falta de mercado consumidor (28,6%) (Figura 37).

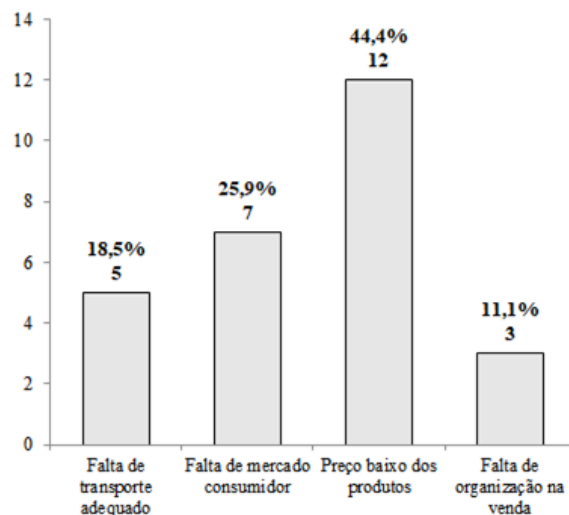
Figura 37. Principais obstáculos na comercialização da produção. Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC). Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Na **Associação de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista** (Figura 38), o preço baixo dos produtos predominou com 44,4% das menções, seguido por falta de mercado consumidor (25,9%), falta de organização na venda (18,5%) e falta de transporte adequado (11,1%).

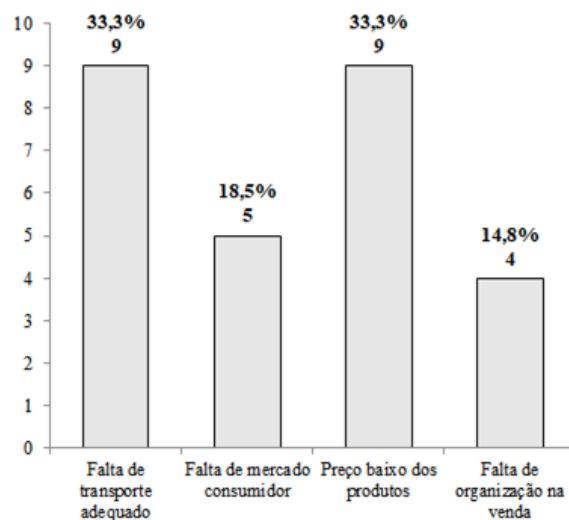
Figura 38. Principais obstáculos na comercialização da produção. Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

A **Associação da Fazenda Retiro e Bonfim** (Figura 39) apresentou empate entre falta de transporte adequado e preço baixo dos produtos, (ambos com 33,3%), seguidos por falta de mercado consumidor (18,5%) e falta de organização na venda (14,8%).

Figura 39. Principais obstáculos na comercialização da produção. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim. Guanambi – BA, 2025.

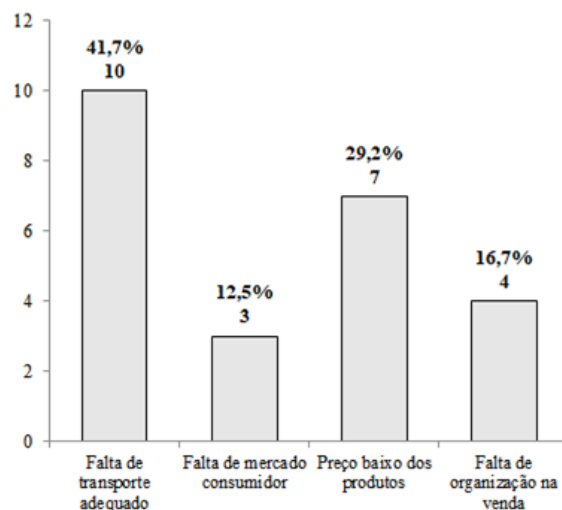


Fonte: Autor (2025).

A **Associação de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra** (Figura 40) identificou que a principal dificuldade enfrentada é a ausência de transporte

adequado (41,7%). Outras questões incluem a falta de organização na venda (29,2%), o valor reduzido dos produtos (16,7%) e a falta de mercado consumidor (12,5%).

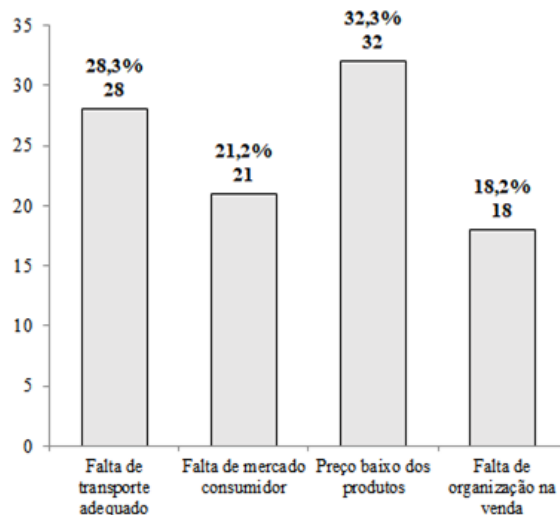
Figura 40. Principais obstáculos na comercialização da produção. Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Considerando a totalidade dos 99 agricultores familiares (Figura 41), o preço baixo dos produtos predominou com 32 menções (32,3%), seguido por falta de transporte adequado (28,3%), falta de mercado consumidor (21,2%) e falta de organização na venda (18,2%).

Figura 41. Distribuição percentual dos principais obstáculos – Visão geral. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Na análise estatística (Tabela 10), a moda geral também corresponde ao “preço baixo dos produtos” (32 menções), confirmando que o obstáculo mais recorrente está relacionado à remuneração inadequada da produção, indicando que as limitações econômicas constituem o principal problema na comercialização.

Tabela 10. Análise estatística – Principais obstáculos na comercialização da produção

Desafios	Falta de transporte adequado	Falta de mercado consumidor	Preço baixo dos produtos	Falta de organização na venda
Frequência Absoluta	28	21	32	18
Frequência Relativa (%)	28,3%	21,2%	32,3%	18,2%

	COOPERC	Cana-Brava	Fazenda Retiro	Quixaba	GERAL
Moda	Falta de organização na venda (7 pessoas)	Preço baixo dos produtos (12 pessoas)	Falta de transporte adequado e Preço baixo dos produtos * (9 pessoas cada)	Falta de transporte adequado (10 pessoas)	Preço baixo dos produtos (32 pessoas)

O padrão mostra que “preço baixo” é o principal obstáculo geral (32,3% Freq. / Moda = 32).

* Empate entre categorias com a mesma frequência.

Fonte: Autor (2025).

A predominância do preço baixo dos produtos (32,3%) como principal obstáculo demonstra limitações estruturais dos mercados locais e dependência de intermediários que frequentemente capturam parcela significativa do valor agregado. Este resultado alinha-se com diagnósticos sobre agricultura familiar que identificam a remuneração inadequada como um dos principais desestímulos à produção diversificada.

Segundo o referencial teórico, os programas PNAE e PAA foram concebidos precisamente para enfrentar esta limitação, oferecendo preços de referência que remunerem adequadamente a produção da agricultura familiar. A Lei nº 11.947/2009 estabelece que a compra direta de produtos da agricultura familiar dispensa licitação, permitindo pagamento de preços justos que reconhecem a qualidade e origem dos alimentos (Brasil, 2009).

A falta de transporte adequado (28,3%) confirma limitações logísticas características do semiárido brasileiro, onde as grandes distâncias entre comunidades rurais e centros urbanos elevam os custos de comercialização. Esta limitação impacta diretamente a capacidade de participação nos programas governamentais, que frequentemente exigem entrega regular em locais específicos.

A variação entre comunidades revela especificidades territoriais relevantes. A COOPERC, com maior participação em programas (66,7%, como demonstrado no subcapítulo 5.4), identifica organização da venda como principal obstáculo, sugerindo que a superação de

outras limitações básicas permite identificação de gargalos mais específicos. Inversamente, comunidades com menor participação concentram-se em obstáculos estruturais, como transporte e preços.

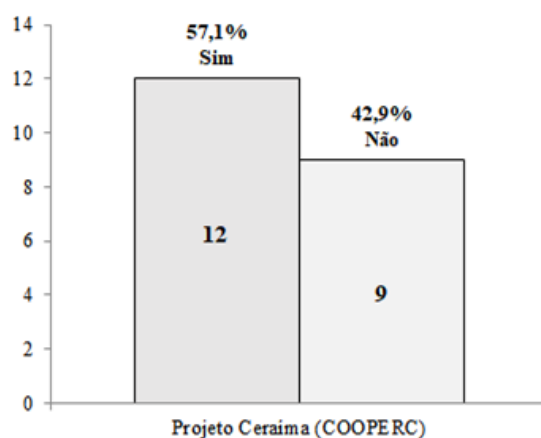
O preço baixo no mercado convencional deveria motivar maior interesse nos programas PNAE e PAA, que tradicionalmente oferecem remuneração superior. Contudo, a persistência deste obstáculo sugere limitações de conhecimento sobre os programas ou barreiras para adequação às suas exigências. A falta de transporte, segundo maior obstáculo (28,3%), pode ser mitigada por meio dos programas governamentais que frequentemente permitem entregas em escolas e equipamentos sociais próximos às comunidades produtoras, enquanto a organização coletiva da comercialização, promovida pelos programas, também contribui para otimização logística.

4.9. Recebimento de assistência técnica

A análise dos dados revela deficiências na cobertura dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), oferecendo explicações para os desafios produtivos, obstáculos de comercialização e limitações organizacionais, identificados nos subcapítulos anteriores.

A **Cooperativa do Projeto Ceraíma (COOPERC)** apresentou a maior cobertura de assistência técnica entre as organizações estudadas (Figura 42): 12 agricultores afirmaram receber apoio técnico regularmente (57,1%) e 9 declararam não receber (42,9%).

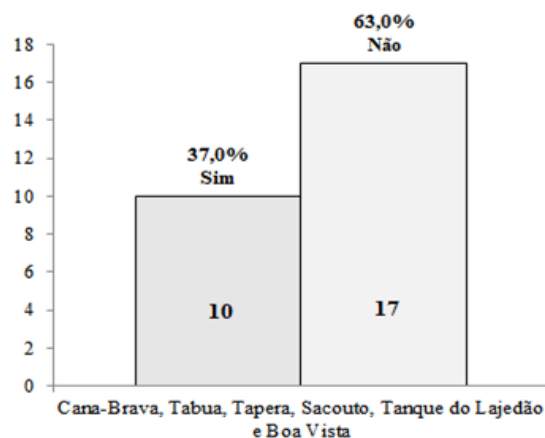
Figura 42. Recebimento de assistência técnica. Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma (COOPERC). Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Na **Associação de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista** (Figura 43), 10 agricultores recebem assistência técnica (37%) e 17 não recebem (63%).

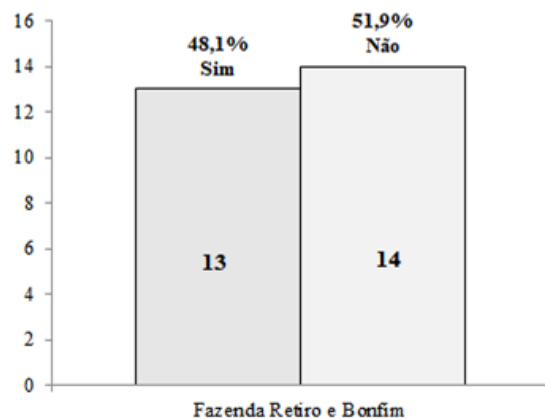
Figura 43. Recebimento de assistência técnica. Associação dos Moradores das Comunidades de Cana-Brava, Tabua, Tapera, Sacouto, Tanque do Lajedão e Boa Vista. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

A **Associação da Fazenda Retiro e Bonfim** (Figura 44) apresentou 13 agricultores recebendo apoio técnico (48,1%) e 14 não recebendo (51,9%).

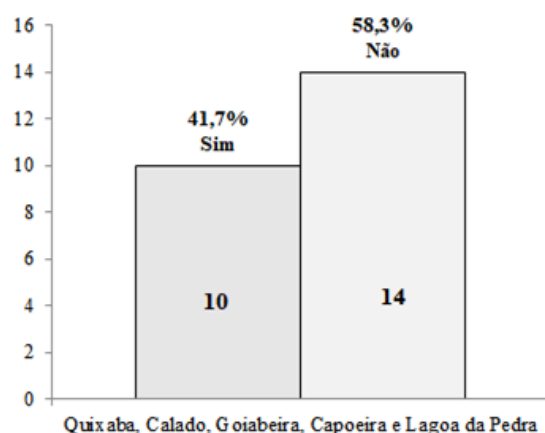
Figura 44. Recebimento de assistência técnica. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Retiro e Bonfim. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

A **Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra** (Figura 45) demonstrou 10 agricultores recebendo apoio (41,7%) e 14 não recebendo (58,3%).

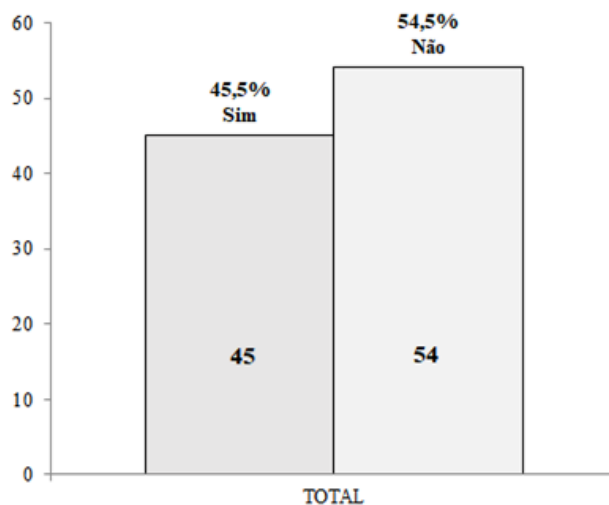
Figura 45. Recebimento de assistência técnica. Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Quixaba, Calado, Goiabeira, Capoeira e Lagoa da Pedra. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Considerando a totalidade dos 99 agricultores familiares (Figura 46), identificou-se que 45 recebem assistência técnica com frequência (45,5%), enquanto 54 não recebem (54,5%).

Figura 46. Distribuição percentual do acesso à assistência técnica – Visão geral. Guanambi – BA, 2025.



Fonte: Autor (2025).

Esse cenário evidencia lacunas na cobertura de serviços de ATER: mais da metade dos agricultores organizados permanece sem assistência técnica regular, em desacordo com as diretrizes de universalização da assistência técnica e extensão rural da Lei nº 12.188/2010, que prevê serviços universais, gratuitos e de qualidade, com prioridade a agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Na análise estatística (Tabela 11), a moda da distribuição também corresponde à não recepção de assistência técnica, representada por 54 agricultores (54,5% da amostra).

Tabela 11. Análise estatística – Recebimento de assistência técnica

Assistência	Sim	Não
Frequência Absoluta	45	54
Frequência Relativa (%)	45,5%	54,5%
Moda	Não (54 participantes)	

Fonte: Autor (2025).

A cobertura insuficiente de assistência técnica oferece explicação fundamental para muitas das limitações identificadas nos subcapítulos anteriores. A falta de assistência técnica foi apontada como terceiro principal desafio na produção agrícola (22,2%), confirmando que esta limitação é percebida diretamente pelos agricultores como obstáculo.

Segundo o referencial teórico sobre avaliação de políticas públicas, a assistência técnica constitui insumo fundamental no modelo lógico dos programas de segurança alimentar, viabilizando atividades de capacitação e adequação produtiva que resultam em maior participação nos mercados institucionais (Sambuichi *et al.*, 2019).

A limitação no acesso à ATER ajuda a explicar a contradição identificada entre organização social consolidada (100% de participação associativa) e baixa participação em programas governamentais (34,3%). Sem apoio técnico adequado, mesmo organizações estruturadas enfrentam dificuldades para orientar seus membros sobre procedimentos, exigências e oportunidades dos programas PNAE e PAA. Paralelamente, a deficiência em assistência técnica também se conecta com os obstáculos de comercialização identificados, uma vez que a falta de organização na venda (18,2%) e as dificuldades para atender padrões de qualidade podem estar relacionadas à ausência de orientação técnica especializada sobre gestão comercial e adequação aos mercados institucionais.

A COOPERC, com maior cobertura de assistência técnica (57,1%), apresenta simultaneamente maior participação em programas governamentais (66,7%) e melhor avaliação do apoio organizacional (moda “bom”). Esta correlação sugere que investimentos em ATER podem produzir efeitos multiplicadores sobre múltiplas dimensões do desenvolvimento rural.

A análise demonstra que investimentos estratégicos em assistência técnica podem funcionar como catalizadores para transformação da agricultura familiar regional. A correlação observada entre maior cobertura de ATER e melhores indicadores organizacionais e de participação em programas sugere alto potencial de intervenções focalizadas.

4.10. Discussão dos resultados

A análise dos resultados permite avaliar o cumprimento dos objetivos propostos nesta pesquisa, revelando avanços na compreensão da efetividade dos programas governamentais de segurança alimentar na região de estudo. Os achados empíricos confirmam e ampliam aspectos teóricos fundamentais apresentados no referencial, ao mesmo tempo em que revelam especificidades do contexto territorial estudado.

O **objetivo geral** de analisar a efetividade dos programas governamentais PNAE e PAA na garantia da segurança alimentar na região de Guanambi-BA foi plenamente contemplado. Os resultados revelaram limitações na efetividade dos programas, com baixa participação (34,3%) concentrada exclusivamente no PNAE e ausência total no PAA. Estes achados corroboram a análise de Sambuichi *et al.* (2019) sobre a complexidade dos processos de implementação de políticas públicas de segurança alimentar, evidenciando que a mera existência dos programas não garante automaticamente sua efetividade nos territórios.

Quanto ao cumprimento dos **objetivos específicos**:

O objetivo específico 1: *Caracterizar o perfil socioeconômico e produtivo dos agricultores familiares* foi integralmente atendido, revelando características que influenciam diretamente a participação nos programas governamentais. A predominância masculina (67,7%) contrasta com os dados nacionais do PAA, que mostram 61% de participação feminina (Brasil, 2024b), confirmando as observações de Azevedo (2023) sobre estruturas patriarcais no semiárido que limitam o protagonismo feminino. A concentração etária até 39 anos (33,3%) e o capital humano diversificado (39,4% com Ensino Médio completo ou superior) contrariam as tendências de envelhecimento rural identificadas pela EMBRAPA (2024), sugerindo maior dinamismo demográfico que favorece a implementação de políticas públicas inovadoras.

O objetivo específico 2: *Avaliar o papel das organizações rurais na mediação entre produtores e políticas públicas* revelou uma contradição fundamental entre organização social consolidada (100% de participação associativa) e efetividade limitada na mediação. A qualidade heterogênea do apoio organizacional (variando de moda “muito bom” a “não recebe apoio”) confirma as observações de Buainain e Garcia (2013) sobre as transformações no semiárido, onde emergem novas dinâmicas organizacionais que ainda enfrentam limitações estruturais. Esta variação exemplifica o que Chen (2015) denomina pontos de ruptura na cadeia causal, onde falhas organizacionais impedem a transformação de insumos em resultados efetivos. A correlação observada entre melhor apoio organizacional e maior participação nos

programas (Ceraíma com 66,7% vs. Fazenda Retiro com 22,2%) valida o papel estratégico das organizações como mediadoras.

O objetivo específico 3: *Identificar gargalos e limitações na implementação dos programas* mapeou múltiplos obstáculos estruturais que confirmam o modelo lógico de Cassiolato e Guerresi (2010), evidenciando que deficiências nos insumos (assistência técnica) comprometem toda a cadeia de resultados. A deficiência na assistência técnica (54,5% sem ATER) confirma sua importância como insumo fundamental, alinhando-se com as diretrizes da Lei nº 12.188/2010 sobre universalização dos serviços de extensão rural. As limitações financeiras na produção (37,4%) e os obstáculos de comercialização centrados em preços baixos (32,3%) validam os diagnósticos da CONTAG (2024) sobre os principais gargalos da agricultura familiar brasileira. O desconhecimento total sobre o PAA, contrastando com dados nacionais de mais de R\$ 1 bilhão investidos em 2023 (Brasil, 2024b), evidencia falhas específicas de divulgação e capacitação territorial.

O objetivo específico 4: *Analisar a adequação entre oferta e demanda nos mercados institucionais* revelou desconexões entre capacidade produtiva local e exigências dos mercados institucionais que explicam a baixa participação observada. A persistência de desafios produtivos (limitações financeiras e climáticas) e comerciais (preços baixos, transporte inadequado) sugere inadequação entre a capacidade de oferta local e as exigências dos mercados institucionais. Esta situação dialoga com a análise de Sambuichi *et al.* (2019) sobre a necessidade de adequação produtiva e organizacional para atendimento aos padrões exigidos pelos programas. A ausência total de agricultores no PAA, programa que oferece modalidades diversificadas para diferentes perfis produtivos, indica limitações informacionais mais que estruturais.

O objetivo específico 5: *Avaliar os impactos dos programas na segurança alimentar local* identificou correlação positiva entre participação nos programas e melhores indicadores organizacionais, confirmando o potencial demonstrado por Rosa (2024) sobre contribuições de até 3,34 pontos no desempenho escolar através da participação da agricultura familiar no PNAE. Contudo, a baixa participação (34,3%) limita os impactos atuais na segurança alimentar regional, contrastando com o potencial teórico dos programas. A concentração exclusiva no PNAE priva a região dos benefícios do PAA para populações em vulnerabilidade social, limitando as dimensões de acesso e utilização da segurança alimentar conforme conceituação da FAO (1996).

O objetivo específico 6: *Propor estratégias de aperfeiçoamento das políticas públicas* fundamentou-se nas análises realizadas, alinhando-se com as diretrizes de desenvolvimento

territorial do semiárido elaboradas pela ASA (2024). As estratégias propostas – fortalecimento da ATER como prioridade, capacitação organizacional diferenciada, divulgação sobre o PAA e articulação institucional – respondem diretamente aos gargalos identificados e aproveitam as potencialidades da base organizacional consolidada. Estas recomendações convergem com as observações de Buainain e Garcia (2013) sobre a necessidade de investimentos coordenados que considerem especificidades regionais e com as metodologias de Chen (2015) para intervenções baseadas em teoria.

A predominância de desafios financeiros e comerciais confirma os diagnósticos da CONTAG (2024) sobre os principais gargalos da agricultura familiar brasileira. A persistência de preços baixos (32,3% dos agricultores) e limitações financeiras (37,4%) justifica a importância estratégica dos programas PNAE e PAA, que foram concebidos precisamente para superar estas limitações através de preços justos e demanda garantida, conforme estabelece a Lei nº 11.947/2009.

Os achados sobre capital humano e organização social sugerem potencial significativo para implementação das estratégias de convivência com o semiárido propostas pela ASA (2024). A universalidade da participação associativa (100%) e a diversidade educacional observada contrastam positivamente com estereótipos sobre individualismo rural, confirmando as capacidades organizacionais necessárias para protagonismo territorial identificadas por Buainain e Garcia (2013).

A correlação entre assistência técnica e participação nos programas valida empiricamente o modelo lógico de Sambuichi *et al.* (2019), demonstrando que a ATER funciona como insumo catalizador que viabiliza atividades de capacitação e adequação produtiva, resultando em maior acesso aos mercados institucionais. A Cooperativa de Ceraíma, com maior cobertura de ATER (57,1%), apresentou simultaneamente maior participação no PNAE (66,7%) e melhor avaliação organizacional, confirmando o papel estratégico da assistência técnica.

As especificidades territoriais identificadas exemplificam a necessidade de abordagens diferenciadas enfatizada por Azevedo (2023) para a agricultura familiar no semiárido. A variação entre comunidades (de 22,2% a 66,7% de participação) confirma que fatores locais específicos influenciam a efetividade das políticas públicas, validando a importância de estratégias territorializadas.

A baixa efetividade observada contrasta com o potencial teórico dos programas demonstrado por Rosa (2024), que identificou contribuições de até 3,34 pontos no desempenho escolar através da participação da agricultura familiar no PNAE. Esta discrepância sugere que

o aperfeiçoamento da implementação local pode produzir impactos significativos, aproveitando o potencial demonstrado nacionalmente.

Os resultados confirmam a pertinência das dimensões de avaliação propostas por Sambuichi *et al.* (2019): embora os programas demonstrem eficácia nacional (alcance de objetivos), sua efetividade territorial (impactos na realidade local) permanece limitada por obstáculos de implementação. A base organizacional consolidada oferece fundamento adequado para estratégias que podem amplificar significativamente os impactos, aproveitando as potencialidades identificadas por Chen (2015) para intervenções baseadas em teoria.

As estratégias propostas – fortalecimento da ATER, capacitação organizacional diferenciada e articulação institucional – alinham-se com as diretrizes de desenvolvimento territorial do semiárido elaboradas pela ASA (2024) e com as recomendações de Buainain e Garcia (2013) sobre a necessidade de investimentos coordenados que considerem as especificidades regionais.

A discussão evidencia que os achados empíricos confirmam aspectos centrais do referencial teórico, especialmente sobre a importância da ATER como variável-chave e sobre as potencialidades da organização social da agricultura familiar. Simultaneamente, revelam limitações específicas do contexto territorial que demandam estratégias e abordagens adaptadas, algo que também é enfatizado pelo referencial teórico consultado.

A existência de organizações com diferentes níveis de desenvolvimento permite estratégias diferenciadas de fortalecimento, aproveitando as experiências bem-sucedidas como referência para as demais. Este potencial de sinergia entre organizações pode acelerar processos de aprendizagem e transferência de capacidades.

Os resultados indicam que investimentos estratégicos em assistência técnica, articulados com capacitação organizacional e divulgação de oportunidades, podem catalisar transformações que amplifiquem significativamente os impactos dos programas governamentais na segurança alimentar regional, aproveitando as bases organizacionais e humanas já estabelecidas nas comunidades estudadas.

5. CONCLUSÕES

- A participação em organizações rurais consolidadas não garante adesão aos programas PNAE e PAA, visto que apenas 34,3 % dos agricultores entrevistados estavam inseridos no PNAE e nenhum no PAA.

- A cobertura insuficiente de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) compromete a implementação das políticas, uma vez que 54,5 % dos participantes declararam não ter acesso a ATER durante o período analisado.
- perfil demográfico dos beneficiários revela predominância masculina (67,7 %) e 39,4 % com ensino médio ou superior, apontando para a necessidade de estratégias de capacitação que atendam a diferentes níveis de escolaridade e realidades de gênero.
- A revisão de critérios de seleção e distribuição de recursos mostra-se necessária para alcançar agricultores de menor porte e com perfis educacionais diversos, de modo a ampliar a inclusão e a equidade no acesso aos programas.
- O monitoramento por meio de modelos lógicos e indicadores de impacto torna-se recomendável para além da simples mensuração de metas quantitativas, permitindo avaliar mudanças concretas nas condições de vida dos beneficiários e no fortalecimento dos sistemas alimentares locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, L. M. M. C. *et al.* Índice “UFSCar” de Efetividades do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares do interior paulista. **Gestão & Produção**, v. 25, p. 500-512, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/mhqPgjzLqMjxHj5rKYcV8Vg/>. Acesso em: 25 maio 2025.
- ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **10º Encontro Nacional da ASA: construindo caminhos para a convivência com o semiárido**. Recife: ASA, 2024. Disponível em: <https://asabrasil.org.br/enconasa/x-enconasa/>. Acesso em: 25 maio 2025.
- AZEVEDO, S. L. M. Aproximações teórico-conceituais sobre agricultura familiar e particularidades do Semiárido Brasileiro. **Revista Ecologias Humanas**, v. 9, n. 10, p. 94-103, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10475335.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006.
- BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006.
- BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. **Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023**. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025 movimenta R\$ 43,3 bilhões nos primeiros sete meses. **Notícias**, Brasília, DF, 27 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/02/plano-safra-da-agricultura-familiar-2024-2025-movimenta-r-43-3-bilhoes-nos-primeiros-sete-meses>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023, conforme dados extraídos de Relatório da ONU sobre a Insegurança Alimentar Mundial (SOFI 2024). **Notícias**, Brasília, DF, 24 set. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Iniciativas do Brasil voltadas à agenda da Segurança Alimentar e Nutricional voltam a chamar atenção da comunidade internacional. **Notícias**, Brasília, DF, 23 set. 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/iniciativas-do-brasil-voltadas-a-agenda-da-seguranca-alimentar-e-nutricional-voltam-a-chamar-atencao-da-comunidade-internacional-1>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. PAA ultrapassa 21,75 mil toneladas de alimentos doados em 2024. **Notícias**, Brasília, DF, 23 set. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/paa-ultrapassa-21-75-mil-toneladas-de-alimentos-doados-em-2024>. Acesso em: 25 maio 2025.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Desenvolvimento rural do semiárido brasileiro: transformações recentes, desafios e perspectivas. **Confins**, n. 19, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/8633>. Acesso em: 25 maio 2025.

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. **Nota Técnica Ipea**, n. 6, Brasília: Ipea, set. 2010. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5810/1/NT_n06_Como-elabora-r-modelo-logico_Disoc_2010-set.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

CHEN, H. **Practical program evaluation**: theory-driven evaluation and the integrated evaluation perspective. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2015.

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS, AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES. **Anuário Estatístico da Agricultura Familiar de 2024**. Brasília: CONTAG, 2024. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/18459-2234957-anua%CC%81rio-agricultura-2024.pdf>. Acesso em: 25 maio 2025.

CRESOL. Entenda qual a importância da agricultura familiar no Brasil. **Blog Cresol**, 28 maio 2025. Disponível em: <https://blog.cresol.com.br/agricultura-familiar-no-brasil>. Acesso em: 25 maio 2025.

EMBRAPA. **Agricultura Familiar**: sobre o tema. Brasília: Embrapa, 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema> . Acesso em: 25 maio 2025.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial**. Roma: FAO, 1996. Disponível em: <https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em: 25 maio 2025.

FAO; FIDA; OPS; PMA; UNICEF. **América Latina y el Caribe -- Panorama Regional de la Seguridad Alimentaria y la Nutrición 2024**. Santiago: FAO, 2024. Disponível em: <https://es.wfp.org/publicaciones/panorama-regional-de-la-seguridad-alimentaria-y-nutricional-america-latina-y-el-0>. Acesso em: 25 maio 2025.

FAO; FIDA; UNICEF; WFP; OMS. **O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo 2024**. Roma: FAO, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/274924-o-estado-da-seguran%C3%A7a-alimentar-e-da-nutri%C3%A7%C3%A3o-no-mundo>. Acesso em: 25 maio 2025.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília: FNDE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 25 maio 2025.

GPP-ESALQ - GRUPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Avaliação de impacto PAA e PNAE**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2018. Disponível em: <https://www.gppesalq.agr.br/impactopaapnae>. Acesso em: 25 maio 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades@**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/guanambi/panorama>. Brasília, 2022. Acesso em: 24 mai. 2025.

IDSB - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BAIANO. Guanambi terá Feira da Economia Solidária e Agricultura Familiar. **IDSB**, Salvador, 6 dez. 2023. Disponível em: <https://www.idsb.org.br/noticias-ver.php?cod=3548>. Acesso em: 25 maio 2025.

LEAL, T. L. M. C.; ALENCAR, N. R. O.; MONTAÑO, R. A. M. Segurança alimentar e o semiárido brasileiro: uma revisão sistemática. **Saúde e Meio Ambiente: Revista Interdisciplinar**, v. 10, p. 78-90, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/sma/article/view/3078>. Acesso em: 25 maio 2025.

NILSON, E.; SILVA, D. O. Quais são as perspectivas da segurança alimentar e nutricional global para 2025? **OBHA/Fiocruz**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://obha.fiocruz.br/?p=2082>. Acesso em: 25 maio 2025.

OLIVEIRA, A. R. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) 2006: relatos, fatos históricos e processo de elaboração. **Tempus - Actas de Saúde Coletiva**, v. 11, n. 4, p. 59-75, 2018.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SAN. Nota pública: dados do IBGE sobre a insegurança alimentar no Brasil. **Rede PENSSAN**, Brasília, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/nota-publica-dados-do-ibge-sobre-a-inseguranca-alimentar-no-brasil/>. Acesso em: 25 maio 2025.

ROCHA, É. M. B.; LIMA, R. T.; ALMEIDA, P. C. Insegurança alimentar relacionada à área de residência em município do Semiárido brasileiro. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 205-211, abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/tCgqbTBbt6FMXB7SgLk8XJN/?lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2025.

ROSA, R. Agricultura familiar contribui para o desempenho escolar em até 3,34 pontos nas avaliações nacionais. **IPEA**, Brasília 5 set. 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15312-agricultura-familiar-contribui-para-o-desempenho-escolar-em-ate-3-34-pontos-nas-notas>. Acesso em: 25 maio 2025.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* **Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar**: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. Brasília: Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2482). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9319>. Acesso em: 25 maio 2025.

SILVA, E. M.; REIS, L. L. M.; COUTO, V. A. Agricultura familiar na Bahia: uma análise dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, n. 3, p. 45-68, 2020.

SUSTENTAREA. 4 pilares da Segurança Alimentar e Nutricional. **USP/Sustentarea**, São Paulo, 24 abr. 2024. Disponível em: <https://www.fsp.usp.br/sustentarea/2024/04/24/4-pilares-da-seguranca-alimentar-e-nutricional/>. Acesso em: 25 maio 2025.

VILELA, P. R. Governo federal relança Programa de Aquisição de Alimentos. **Agência Brasil**, Brasília, 22 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/governo-relanca-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 25 maio 2025.

WEISS, C. H. **Evaluation**: methods for studying programs and policies. 2. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO PRÓ-REITORIA DE ENSINO

ANEXO X

TERMO DE DEPÓSITO DEFINITIVO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) – A
SER ENTREGUE AO DOCENTE DA DISCIPLINA

Pelo presente, eu Higor Neves de Souza, acadêmico(a)
do curso de Bacharelado em Engenharia Agrônoma, Campus Guanambi, Matrícula nº
2021163101GB0039 CPF nº 097.404.315-00, RG nº 1654508004,
Telefone(s) (77) 99108-9459, E-mail(s): Higa_souza_48646@gmail.com
encaminho a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso, meu trabalho
intitulado Efetividade dos programas governamentais na garantia
da segurança alimentar na região do Cusamambi - Ba
aprovado para depósito definitivo pelo(a) Professor(a) Orientador(a) : Professor
Evânilton Moura Alves
requisito exigido para conclusão do curso.

Em 11 de julho de 2025

Higor N. Souza
Assinatura do(a) estudante

Evânilton M. Alves
Professor(a) orientador(a)

ATIVIDADE DO(A) ACADÊMICO(A) DO BACHARELADO EM
ENGENHARIA AGRÔNOMA - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROTOCOLO DE ENTREGA (DEPÓSITO DEFINITIVO DO TCC)

Aluno(a): Higor Neves de Souza Matrícula: 2021163101GB0039
Data de Protocolo: 14/07/2025 Funcionário(a) Atendente: Andressa Reis

Canhoto – Acadêmico(a) Bacharelado em
Engenharia Agrônoma, Campus Guanambi



PRÓ-REITORIA DE ENSINO (PROEN) – IF Baiano
Rua do Rouxinol, N° 115 / Salvador – Bahia – CEP: 41.720-052
Telefone: (71) 3186-0001. Email: proen@ifbaiano.edu.br
Site: <http://www.ifbaiano.edu.br>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO PRÓ-REITORIA DE ENSINO

ANEXO XI

AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO

1) IDENTIFICAÇÃO:

AUTOR	<u>Thiery Nasser de Souza</u>
RG	<u>1684508004</u>
FONE/EMAIL	<u>77199708-9459</u>
VÍNCULO INSTITUCIONAL	<u>Aluno</u>
TÍTULO DO DOCUMENTO	<u>Exatidão da programação governamental na garantia da segurança alimentar na região de Guanambi - Ba</u>

2) DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ASSINALE UMA DAS OPÇÕES):

☒ Declara que o documento em questão é seu trabalho original, e que detém o direito de concedê-lo e que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;

() Declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para concedê-los ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

3) TERMO DE AUTORIZAÇÃO: Na qualidade de titular dos direitos de autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Guanambi, a disponibilizar a obra, gratuitamente em seu acervo impresso e/ou digital.

Vale ressaltar que a obra continua protegida por Direito Autoral sob a LEI Número 9.610 de 19 de FEVEREIRO de 1998 – DOU DE 20/2/98.

Em 11 de julho de 2025

Thiery Nasser de Souza
Assinatura do(a) estudante/autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais



PRÓ-REITORIA DE ENSINO (PROEN) – IF Baiano
Rua do Rouxinol, N° 115 / Salvador – Bahia – CEP: 41.720-052
Telefone: (71) 3186-0001. Email: proen@ifbaiano.edu.br
Site: <http://www.ifbaiano.edu.br>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

ANEXO XV

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE AUTORIA

Eu, Higor Naves de Souza, Matrícula 202116B10160039 declaro conhecimento da Lei nº 9.610, de 19.02.98, que altera, atualiza e consolida a Legislação sobre Direitos Autorais, publicada no D.O.U. de 20.02.98, Seção I, pag. 3. Declaro, ainda, ser de minha inteira responsabilidade a autoria do texto apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso sob o Título Efetividade dos programas governamentais na garantia da segurança alimentar na região do Cerrado. Caso seja indicada utilização indevida, ilegal de textos de autoria de terceiros [sob encomenda, mediante pagamento (ou não)], em desrespeito aos direitos autorais, estou ciente das implicações legais decorrentes do ato que caracteriza crime de plágio.

Em 11 de julho de 2025

Higor N. Souza
Assinatura do(a) estudante

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Campus Guanambi - Biblioteca

TERMO DE DEPÓSITO LEGAL E AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, abaixo citada, de acordo com a Lei nº 9610/98, autorizo, a partir da presente data, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Guanambi - Biblioteca, a disponibiliza-la, sem ressarcimento de direitos autorais, em meio eletrônico/Rede Mundial de Computadores – Sistema Pergamum, no formato PDF, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica, gerada nesta Instituição.

1- Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso:

☒ Graduação (monografia ou artigo)

☐ Especialização

☐ Mestrado ☐ Doutorado

2- Identificação do trabalho/autor:

Título: Eficiência dos programas permanentes na garantia
da segurança alimentar na região do Guanambi-BA

Autor: Higor Neres de Souza

Orientador: Evanilton Mauro Alves

Coorientador: _____

Guanambi-BA/2025

Local e data

Higor Neres de Souza

Assinatura do Autor

Adaptação do modelo, constante da Política de Seleção e Aquisição das Bibliotecas do IF Baiano, em março de 2021.

Documento Digitalizado Público

TCC II de Higor Neves de Souza

Assunto: TCC II de Higor Neves de Souza
Assinado por: Evanilton Alves
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Evanilton Moura Alves, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 17/07/2025 08:50:59.

Este documento foi armazenado no SUAP em 17/07/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1107077

Código de Autenticação: cf54618317

